



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOARA SILVA SODRÉ BARRETO

**VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS E A ESCRITA COMO RESISTÊNCIA: A
EXPERIÊNCIA DA MULHER NEGRA IMIGRANTE NAS OBRAS *NO FUNDO DO
POÇO* (1972) E *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE* (1974) DE BUCHI EMECHETA**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2025

JOARA SILVA SODRÉ BARRETO

**VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS E A ESCRITA COMO RESISTÊNCIA: A
EXPERIÊNCIA DA MULHER NEGRA IMIGRANTE NAS OBRAS *NO FUNDO DO
POÇO* (1972) E *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE* (1974) DE BUCHI EMECHETA**

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy
de Campos.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2025

*Aos meus pais, Joilda e Jarbas,
que trabalham incansavelmente
para que tudo seja possível.*

*“Na terra do meu marido sou estrangeira, na terra dos meus pais sou passageira.
Não sou de lugar nenhum.
Não tenho registro, no mapa da vida não tenho nome.
Uso este nome de casada que me pode ser retirado a qualquer momento.
Por empréstimo.
Usei o nome paterno, que me foi retirado.
Era empréstimo.
A minha alma é a minha morada.
Mas onde vive a minha alma?
Uma mulher sozinha é um grão de poeira no espaço,
que o vento varre para cá e para lá, na purificação do mundo.
Uma sombra sem som, sem solo, sem nome.”*

Paulina Chiziane

AGRADECIMENTOS

Nada disso seria possível sem os meus pais, Joilda e Jarbas, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões — sendo a maior delas entrar no curso de Relações Internacionais e me mudar de estado. Obrigada por confiarem em mim e apoiarem meus projetos, por causa disso tenho confiança de que não importa para onde eu vá, eu sempre vou ter para onde voltar. Este trabalho é apenas uma pequena materialização do esforço de vocês para que eu tivesse uma boa educação desde sempre e também para me manter aqui durante esse tempo. O apoio de vocês, em todos os sentidos, foi essencial para que eu chegasse ao final do curso e para que eu pudesse realizar o que durante muito tempo foi meu maior sonho, sempre serei grata por tanto.

Aos meus irmãos, Jaíse, Janine e João Gabriel, pelos quais ainda me emociono ao pensar que, quando fui embora, perdi parte das suas vidas e crescimento. Sinto a falta de todos, sempre. Espero algum dia recuperar o tempo perdido e me fazer mais presente. Que este trabalho sirva como inspiração para que continuem estudando e encontrem nisso um caminho.

À minha avó, Maria, por todo o apoio e amor, por se preocupar em sempre mandar mensagens perguntando como eu estou, se estou me alimentando direito ou se já melhorei de uma dor de cabeça, e por me visitar quando eu voltava para casa. Apesar de morar longe, meu pensamento volta sempre nela, mas a saudade sempre é maior. Quando penso que sou amada, penso logo na minha vó, que de muitas maneiras sempre deixou isso claro pra mim.

A Felipe, que começou essa jornada comigo e vai terminá-la da mesma forma. Ter você do meu lado foi essencial para suportar a dificuldade de estar longe de casa e outras dificuldades que surgiram no meio do caminho. Obrigada por todos os conselhos, pelo companheirismo, pelas dicas, pelos passeios, por vir ao meu encontro, entre tantas outras coisas. Tenho muito orgulho da pessoa generosa e do estudante extremamente inteligente que você é.

Aos meus amigos e vizinhos, Ellen, Lucas Luiz e Victor, agradeço pelas risadas, pelas visitas, pelas saídas, pelas conversas, pelo apoio na vida de estudante morando fora e por tantas outras coisas. Sem vocês por perto as coisas seriam tristes. Ainda que o decorrer da vida nos separe geograficamente, espero sempre estar próxima de vocês e acompanhar suas realizações. Foram momentos muito bons, muito obrigada.

A Marcus, agradeço pelos conselhos, por me colocar no meu lugar, pelos incentivos, pelas hospedagens e por tudo. Entrego este trabalho sabendo que você também tem parte nele. Obrigada por me guiar também no meio acadêmico e por confiar em mim. Minha admiração e carinho por você são enormes.

Aos meus amigos de turma Eduarda, Fred, Iza, Lorena e Stella, obrigada pelo apoio, pelas conversas, pelos trabalhos juntos, pelas risadas e pela companhia durante esses anos. Já sinto falta de cada um.

A meu orientador Geraldo Adriano, por acreditar neste trabalho (e também nas outras ideias que tive antes dele) e pela orientação. Agradeço também a Mariana Costa e a professora Érica Winand por todos os direcionamentos que me deram para que eu realizasse este trabalho da melhor forma.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a intersecção de violências sobre o corpo da mulher negra racializada em um contexto colonial e pós-colonial a partir das obras *Cidadã de Segunda Classe* (2018) e *No Fundo do Poço* (2019), da autora nigeriana Buchi Emecheta. Ao utilizar da narrativa ficcional como maneira de trazer à tona as opressões de raça, classe, gênero que sofreu desde a infância, Emecheta faz de sua obra um elemento de denúncia das violências patriarcais e outros tipos de agressões destinados a seu corpo devido aos marcadores sociais que moldam as vidas das mulheres racializadas no mundo. É através da educação e da escrita que a autora, assim como a personagem central das obras analisadas, Adah Obi, encontra uma forma de dar sentido a sua vida em um momento de desesperança e dificuldades na vida de imigrante, revelando os efeitos ainda recentes do colonialismo. Dessa forma, este trabalho se utiliza de compreensões dos estudos pós-coloniais e do feminismo pós-colonial de maneira a compreender a literatura e a produção do conhecimento proveniente dos povos subalternizados como forma ampliar as vozes dos sujeitos silenciados.

Palavras-chave: Buchi Emecheta. Diáspora nigeriana. Literatura nigeriana. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the intersection of violence against the bodies of racialized Black women in a colonial and postcolonial context, based on the works "Second-Class Citizen" (2018) and "At the Bottom of the Well" (2019) by Nigerian author Buchi Emecheta. Using fictional narrative to bring to light the oppressions of race, class, and gender that she has suffered since childhood, Emecheta denounces patriarchal violence and other types of aggression directed at her body due to the social markers that shape the lives of racialized women worldwide. It is through education and writing that the author, like the central character of the works analyzed, Adah Obi, finds a way to make sense of her life during a time of hopelessness and hardship as an immigrant, revealing the still-recent effects of colonialism. Thus, this work uses understandings from postcolonial studies and postcolonial feminism in order to understand literature and the production of knowledge from subalternized peoples as a way to amplify the voices of silenced subjects.

Key-words: Buchi Emecheta. Nigerian diaspora. Nigerian literature. Intersectionality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 NIGÉRIA COLONIAL: PROCESSO E HERANÇA.....	12
2.1 DIÁSPORA COMO LEGADO DA COLONIZAÇÃO.....	26
2.2. DESAFIOS INTERSECCIONAIS: A IMIGRAÇÃO FEMININA.....	29
3 INTERSECCIONALIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	34
3.1 O FEMINISMO DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	34
3.2 INTERSECCIONALIDADE.....	38
3.3 FEMINISMO PÓS-COLONIAL.....	44
4 DIÁSPORA E VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA NARRATIVA DE BUCHI EMECHETA.....	51
4.1 ESCRITA DE SI E RESISTÊNCIA.....	52
4.2 COLONIALISMO E PATRIARCADO NA TRAJETÓRIA DE ADAH.....	57
4.3 OPRESSÕES INTERSECCIONAIS E A EXPERIÊNCIA DIASPÓRICA NA VIDA DE ADAH.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

O contexto da produção literária pós-colonial proveniente de autoras negras é marcado pela utilização da escrita como “território de desconstrução dos silenciamentos históricos”, de acordo com Nunes (2020, p. 5). Nesse sentido, a utilização da língua imposta pelo colonizador aos colonizados como idioma de escrita original de seus relatos aparece como um ato de combate para uma escrita insurgente que dá voz aos marginalizados e complementa uma história feita apenas por um lado e por um gênero em específico.

Partindo do referencial comum do colonialismo e a ferida aberta ainda hoje deixada nos corpos negros, o conceito de *escrevivência*, proposto pela escritora Conceição Evaristo serve de base também como ferramenta metodológica para o entendimento da utilização da escrita como forma de enfrentar estes “silenciamentos históricos” (Nunes, 2020, p. 5). O conceito, o qual se refere à experiência de narrar sua própria história, ou seja, a escrita feita por mãos negras como forma de desfazer uma imagem imposta aos seus corpos (Neves, Hecket, 2021), aplicado nos termos da literatura africana pós-colonial, reconhece essa escrita como uma expressão de resistência, a qual tem como base o acesso a uma educação formadora.

A presença crescente de mulheres na literatura como donas de sua própria história é resultado do acesso tardio aos meios educacionais em comparação aos homens, consequência tanto dos costumes patriarcais tradicionais, quanto da dominação masculina imposta pelo colonialismo aos territórios e corpos colonizados (Oliveira *et.al.* 2020 *apud* Soares e Carbonieri, 2006). Em se tratando de África, especificamente da Nigéria, esses elementos de opressão são pontos presentes nas produções literárias pós-coloniais e diaspóricas escritos por autoras nigerianas, revelando as marcas profundas deixadas pelo patriarcado, pelo colonialismo e pela tradição.

Como forma de resposta à opressão, essas autoras desenvolveram e vêm desenvolvendo, em sua produção literária, reflexões sobre “a necessidade de emancipação, autonomia e empoderamento face às próprias posições culturais de suas sociedades, daí a constante negociação de temas como a maternidade, o casamento e a religião” (Oliveira *et.al.* 2020, p.14). Sob esse aspecto, escrever a história de si própria é dar um novo sentido e uma nova verdade ao que já existe, tirando as experiências femininas de um caráter privativo forjado em que: “a literatura produzida por mulheres é ainda encarada como uma experiência particular, sobre mulheres e para mulheres, enquanto os homens escritores produzem obras que traduzem experiências universais” (Marques, 2021, p. 3-4).

Nesse sentido, este trabalho busca analisar a obra da autora nigeriana Buchi Emecheta como elemento político que retrata as violências interseccionais que operam nas vidas de mulheres negras e imigrantes dentro da sociedade. Para isso, a divisão dos capítulos representa uma crescente para a compreensão dessas violências, em que o primeiro parte da dominação colonial britânica no território nigeriano que tem início em 1851 com o bombardeio da cidade de Lagos, tendo seu fim em 1960 com a conquista da independência da Nigéria após as lutas de grupos nacionalistas. Dentro desse cenário de domínio, as mulheres foram relegadas a ocupar um papel secundário, sendo excluídas da vida pública, o que, até hoje, afeta a representatividade feminina em todos os setores no país. Ainda neste capítulo é discutido a diáspora e suas marcas nos corpos subalternizados, principalmente para as mulheres, como um dos principais legados da colonização.

O capítulo seguinte busca retomar os estudos feministas dentro das Relações Internacionais, compreendendo como inicialmente as mulheres eram representadas no campo e no sistema internacional. Durante muito tempo as vozes de mulheres e, principalmente, as mulheres do chamado terceiro mundo foram silenciadas, no entanto, ao passarem a conquistar espaço na área, se fez necessário compreender que os estudos feministas das RI não abarcavam toda a diversidade de grupos de mulheres ao redor do mundo, tendo em vista os diferentes marcadores de opressão que as silenciam. Dessa forma, a lente analítica da interseccionalidade visa compreender essas opressões através das vozes dessas próprias mulheres. O feminismo pós-colonial aparece então com uma literatura crítica que tensiona não apenas a colonialidade em países do chamado sul global, mas como esse processo moldou diferentes formas de violências nos corpos das mulheres racializadas.

Finalmente, o último capítulo deste trabalho compreende a análise das obras *Cidadã de Segunda Classe* (2018) e *No Fundo do Poço* (2019), da autora nigeriana Buchi Emecheta, que, através de um relato ficcional com elementos autobiográficos, narra a história de Adah, uma mulher negra, da comunidade igbo na Nigéria que, desde criança, desafiou os limites impostos a ela por ser mulher. Através das obras, compreende-se as violências patriarcais sofridas por Adah desde sua infância — legado da submissão feminina deixado pela colonização —, seu ímpeto de entrar na escola para mudar de vida e sair do meio opressor em que vivia e, por fim, a quebra dessa expectativa ao realizar o sonho de ir ao Reino Unido — lugar antes tido como o ápice da civilização — onde passa a sofrer diversas violências do marido, do seu povo, da comunidade inglesa e do Estado que não a reconhece como cidadã.

2 NIGÉRIA COLONIAL: PROCESSO E HERANÇA

“Pensei e me preocupei com isso por noites inteiras e cheguei à conclusão que a srta. Humble provavelmente achava que a sua língua era boa demais para pessoas como eu a usarem como meio de expressão. Mas aquela era a única língua na qual me ensinavam a escrever. Se eu falasse igbo ou qualquer outro idioma da Nigéria dentro da escola, levava uma advertência ou era multada. E, para começar, por que ela se deu o trabalho de deixar sua ilha natal e viajar e nos ensinar sua língua?”

Buchi Emecheta (2024, p. 113)

A Nigéria contemporânea é uma criação da dominação colonial britânica, processo que teve início na metade do século XIX e foi finalizado em 1960, com a independência do país após pressão de movimentos nacionalistas. A implementação do domínio colonial no território já ocupado por mais de 250 comunidades étnicas distintas — muitas das quais comandadas por mulheres (Ogbemudia, 2019) — e que, posteriormente, se tornaria a Nigéria moderna, enfrentou diversos grupos que foram subjugados pela máquina militar e burocrática europeia. Esse processo está diretamente relacionado às demandas econômicas resultantes da primeira Revolução Industrial, ocorrida a partir do final do século XVIII, além de questões políticas que culminaram na Conferência de Berlim no ano de 1885 — resultando na divisão do território africano em áreas de influência e exploração pelos países europeus (Ejeh, 2021).

Com a Inglaterra se tornando a “oficina do mundo”, era necessário encontrar um mercado para escoar a produção industrial e para a obtenção de matérias-primas que pudessem sustentar essa produção (Onimode, 1982, p. 31; Suleiman, 2021). O resultado desse processo de possessão, usurpação e imposição de práticas e costumes europeus foi a criação de um Estado nigeriano multiétnico, com bases estruturais deficientes – principal motivo de conflitos no território — e forte assimilação do legado colonial na cultura, tradição e valores da nação (Ejeh, 2021, p. 13). A colonização europeia no chamado “Sul Global”, para Grosfoguel (2018, p. 74), não representou apenas o início de um novo sistema econômico mundial, o capitalismo, trouxe consigo também “a formação e a construção de uma nova civilização, com toda uma série de relações de dominação que não se esgotam nas relações econômicas”.

A pensadora marxista Rosa Luxemburgo (1913), já alertara no início dos século XX que o capitalismo, ao atingir seus limites, passa a necessitar de meios não capitalistas para continuar se expandindo. Nesse sentido, a adoção do sistema colonialista¹ — e principalmente

¹ De acordo com Suleiman (2021, p. 56), o colonialismo representa o subjugato total de um país sobre o outro, em que o primeiro obtém controle forçado sobre a administração e estrutura do segundo dominado que passa a servir como muleta para o desenvolvimento econômico daquele. Já o imperialismo se refere à dominação de um território sobre outro através do controle de práticas políticas e econômicas, seja de maneira formal ou informal.

do imperialista — pelos britânicos no território que se tornaria a Nigéria, desempenhou a função de unificar artificialmente dezenas de grupos étnico-linguísticos existentes na região. O resultado disso foram conflitos e discrepâncias políticas, sociais e econômicas que se desenrolam até hoje². Para Falola e Heaton (2008, p. 17, tradução própria):

Muitas sociedades e Estados — e até vastos impérios — surgiram e desapareceram ao longo do tempo, sem que nenhum deles tivesse qualquer relação direta com o Estado nigeriano que existe atualmente. As fronteiras da Nigéria contemporânea foram traçadas pela administração colonial britânica no final do século XIX e início do século XX. Enquanto fronteiras políticas costumam coincidir com limites físicos, como corpos d'água ou cadeias de montanhas, ou ainda serem estabelecidas por acordos mútuos entre sociedades ao longo de gerações, as fronteiras adotadas para a criação do Estado moderno da Nigéria jamais tiveram qualquer significado geofísico ou social para os povos indígenas da região. A única fronteira geofísica da Nigéria é o Oceano Atlântico [...]³.

Anteriormente à colonização, o território que precedeu a Nigéria era organizado em cidades, vilas, reinos e outros tipos de arranjo societal os quais mantinham sua autonomia, organizadas com ou sem a presença de um governo central, e uma economia baseada na agricultura (Mapa 1). Os três maiores grupos étnicos encontrados na região eram os Hausa, no norte; Iorubá, no sudoeste e o povo Igbo, ao sul. Outros grandes grupos como os Fulani, Ijaw, Kanuri e Ibíbio são alguns dos que também foram unificados artificialmente em um só país e sofreram a imposição da língua inglesa — idioma oficial da Nigéria desde 1960 —, do cristianismo, religião mais praticada no país atualmente⁴, e outros elementos da cultura e estrutura burocrática europeia (Falola e Heaton, 2008, p. 46). Para Oyarinu (2024, p. 105), a amalgamação dos territórios ocorrida em 1914 “não necessariamente criou uma nação unificada, mas sim uniu territórios distintos”.

² Um exemplo das discrepâncias resultantes da colonização britânica na Nigéria são as diversas vezes que o país foi reorganizado em unidades federativas pós-independência. Em 1967, a Nigéria foi dividida em 12 estados; em 1976 em 19; em 1987, em 21; em 1991, 30 estados e em 1996 aconteceu o último reordenamento, que organizou o país em 36 estados (Falola e Heaton, 2008). Essa instabilidade é fruto direto da fusão dos mais de 200 grupos que viviam na região, com culturas, línguas e estruturas políticas, sociais e administrativas diferentes, em apenas um país.

³ No original: *Many societies and states, and even vast empires, have risen and fallen, none of them having had any direct correlation to the Nigerian state that exists today. The boundaries of present-day Nigeria were created by the British colonial administration in the late nineteenth and early twentieth centuries. While political boundaries often coincide with physical boundaries, such as bodies of water or mountain ranges, or are established by mutual agreement between societies over generations, the boundaries adopted to create the modern state of Nigeria never had any geophysical or social significance to the indigenous peoples of the region. The only geophysical boundary of Nigeria is the Atlantic Ocean [...]* (Falola e Heaton, 2008, p. 10).

⁴ De acordo com o relatório *Global Christianity A Report on the Size and Distribution of the World's Christian Population* (2011), o continente africano é a terceira maior região do mundo em número de cristãos. Em relação à Nigéria, em 2011, cerca de 50% da população se afirmava como cristã.

Mapa 1: Localização dos grandes grupos étnicos na Nigéria



Fonte: Osaghae (1998)

No período pré-colonial, a convivência entre estes diferentes grupos no território, de acordo com Ezeogidi (2019, p. 1), baseava-se no respeito às culturas e tradições dos outros povos. Ainda que houvesse conflitos, essas organizações mantinham contato frequente, seja pelo comércio, casamentos ou vínculos culturais. Previamente à chegada dos colonizadores, os grupos que ocupavam a região já se utilizavam dos sistemas fluviais e estradas para realizar comércio com comunidades vizinhas ou até diferentes países. Através do deserto do Saara, produtos eram comercializados em diversas regiões da África, Europa e Oriente Médio, processo que foi paralisado com o advento do controle britânico sob a administração local (Falola e Heaton, 2008).

Já nesse período, as mulheres tinham influência e independência, atuando em papéis relevantes como comerciantes de uma gama extensa de produtos, além de se envolverem no processamento de alimentos, tecelagem, produção com cerâmica (Attoe, 2002 *apud* Ogbemudia, 2019) e terem acesso à terra por meio de sua linhagem, ou seja, não existia uma propriedade privada, o direito do uso da terra era universal para qualquer pessoa dentro da linhagem, o que foi abalado pela imposição colonial: “[...] o movimento da propriedade coletiva da terra para a propriedade privada e individual foi utilizado contra as mulheres porque, por definição colonial [...], apenas homens podiam ser indivíduos.” (Oyèwùmí, 2021, p. 215).

Para Walter Rodney (2022), o que é chamado por alguns de comércio pré-colonial, na realidade, se apresentou como uma etapa de preparação para a colonização posterior. Além de produtos como sal, couro, armas, animais e comida, o comércio de escravizados e ouro também eram atividades comerciais muito lucrativas e tiveram seu auge entre os séculos XIV e XVI. De acordo com Falola e Heaton (2008, p. 10, tradução própria):

Os escravizados também eram um item importante de comércio há muitos séculos nas regiões de savana ao norte. Com a chegada dos europeus à costa, no século XV d.C., o comércio de escravizados passou a ser uma atividade significativa também no sul. Entre os séculos XVI e XIX, o comércio de pessoas escravizadas com os europeus constituiu a principal atividade econômica de muitos Estados situados na área que hoje corresponde ao sul da Nigéria e seus arredores⁵.

Nos anos precedentes à colonização houve um aumento do comércio com europeus, novas práticas foram aprendidas, principalmente com os britânicos, e integradas no meio sociopolítico das comunidades. O comércio transatlântico de escravos foi condição fundamental para a aproximação dos europeus na região sul, onde a influência britânica e a presença da elite europeia — devido à disponibilidade de recursos naturais, principalmente o petróleo — foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento político e econômico, além de impregnar os costumes ocidentais como parte da cultura. A região norte, por sua vez, historicamente voltada para os ideais islâmicos e que não possuía recursos naturais atraentes no momento, foi deixada em segundo plano pelos colonizadores, fator que explica sua instabilidade política e econômica e o desenvolvimento desigual ambas em comparação ao sul (Bom, 2024).

O que é conhecido como amalgamação das regiões norte e sul do território nigeriano está diretamente ligada ao fim do tráfico de escravos para o Reino Unido, em 1807⁶ e aos novos interesses do país no continente africano. Nesse período, o governo britânico buscou uma forma de introduzir um comércio legal na África, criando um mercado consumidor para seus produtos industrializados. Com justificativa de pôr fim ao comércio de escravos que ainda resistia em algumas comunidades e fazer frente à maneira beligerante com que missionários britânicos eram tratados pelo então Rei de Lagos, Kosoko, que, em 1851, o cônsul britânico da Baía de Benim e Biafra, John BeeCroft, realizou um bombardeio na

⁵ No original: “Slaves were also an important item of trade dating back many centuries in the savanna regions of the north. After the arrival of Europeans on the coast in the fifteenth century CE, slaves became a major item of trade in the south as well. Between the sixteenth and nineteenth centuries CE, the trade in slaves with Europeans was the single most important economic activity of many states in the area in and around what is now southern Nigeria” (Falola e Heaton, 2008, p.10).

⁶ O Ato de Abolição do Tráfico de Escravos, aprovado pelo Parlamento Britânico em 1807, proibiu o comércio de pessoas escravizadas no Império Britânico, mas não aboliu a escravidão, que continuou acintecendo nas colônias britânicas.

cidade (Falola e Heaton, 2008, p.93). A partir desse momento os colonizadores passaram a Lagos através de tratados, o que deu fim ao comércio de escravos e em 1861, com sucessivas falhas das lideranças locais em estabilizar a região, Lagos é anexada pelo Reino Unido como primeira colônia do que viria a ser a Nigéria moderna.

Pautados pelo discurso de preocupação com as atividades dos governantes locais e de outras potências europeias, a presença de missionários e autoridades políticas britânicas passou a ser cada vez mais frequente nos territórios antecedentes à Nigéria. Comunidades interioranas foram invadidas e anexadas (Falola e Heaton, 2008), as lideranças foram forçadas a assinarem acordos desiguais e a fazerem parte do Protetorado de Lagos, levados pela garantia de proteção pela burocracia e exército britânico. A criação de protetorados, no entanto, acontece, segundo Memmi (2007, p. 120), “quando o colonizador afirma, em sua linguagem, que o colonizado é um débil, sugere com isso que essa deficiência demanda proteção”, o que demonstra que as atitudes dos colonizadores, em nenhum momento são feitas de forma a favorecer os colonizados, pelo contrário.

A presença de alemães e franceses na região explica as ações tomadas pelos britânicos para a incorporação do território, resultando na Conferência de Berlim⁷, em 1884-1885. A Conferência estabeleceu que nações europeias que pudessem comprovar relação estabelecida em algum local do continente africano, seja por meio da criação de protetorados, ou pela utilização da força militar, teriam controle sobre aquela área. Temendo avanços franceses e alemães na região do rio Níger, o que representaria um perigo aos negócios do governo e de empresas nacionais, a administração britânica estabeleceu, no início do século XX os Protetorado de Lagos, do Norte e do Sul da Nigéria, unindo as dezenas de grupos existentes nessas regiões e tomando controle total sobre elas.

Para Rodney (2022), nesse período, a África era um continente sem um propósito político central definido, dividido em muitos grupos com objetivos diferentes, o que facilitou a estratégia europeia de dividir para conquistar. A esse ponto também é somado a confiança que algumas lideranças nativas tiveram nos europeus como seus aliados, estabelecendo alianças com os colonizadores para lidar com conflitos travados com comunidades vizinhas:

Poucos desses governantes avaliaram as consequências de suas ações. Eles não tinham como saber que os europeus estavam ali para ficar; eles não tinham como saber que os europeus queriam conquistar não alguns, mas todos os africanos. Essa visão parcial e inadequada do mundo era, em si, um testemunho do

⁷ “[...] falam dos Bálcãs como o centro da tempestade da Europa e a causa da guerra, mas isso é mero hábito. Os Bálcãs são convenientes para as ocasiões, mas a posse de materiais e homens no mundo mais escuro é o verdadeiro prêmio que hoje está colocando as nações da Europa nas gargantas umas das outras (Du Bois, 1915, *apud* Silva, 2021, p. 40).

subdesenvolvimento africano em relação à Europa, que, no século XIX, buscava, de forma presunçosa, o domínio em todas as partes do globo (Rodney, 2022, p. 250).

O domínio do Reino Unido nos protetorados se deu através de táticas diferentes para cada região, mas uma das formas mais comuns de controle era por meio da assinatura de tratados desiguais pelos líderes locais, já citadas anteriormente, altamente favoráveis aos interesses dos colonizadores. O chamado “governo indireto” era o sistema de administração através das autoridades locais, as quais mantinham seu poder ao mesmo tempo em que eram submetidas à autoridade central dos colonizadores europeus. Esse sistema reconheceu a autoridade de chefes de comunidades masculinos, mas não a chefia de mulheres, excluindo-as das estruturas coloniais (Oyěwùmí, 2021)⁸. Logo, o que antes eram lideranças autônomas, passou a ser um governo centralizado nos interesses do Reino Unido, partes de apenas um conjunto administrativo, o que resultou em mudanças políticas nas comunidades tradicionais (Falola e Heaton, 2008; Silva, 2022):

Quando o capitalismo europeu assumiu a forma de imperialismo e começou a subjugar politicamente a África, os conflitos políticos *normais* da situação africana pré-capitalista se transformaram em *fraqueza*, o que permitiu a dominação colonial (Rodney, 2022, p. 250-251).

Com o controle britânico sobre os territórios nigerianos, o comércio com outras regiões foi modificado e a diversidade de produtos antes comercializada passou a se resumir em *commodities* que, a partir do final do século XIX, se tornaram a base da economia exploradora colonial. O comércio de troca praticado por mulheres foi extinto — resultando em uma disparidade de gênero no acesso à riqueza Oyěwùmí (2021) —, e essas foram colocadas na posição de inferiores aos homens e privadas do espaço público, sendo então relegadas ao trabalho reprodutivo de cuidado dos filhos, casa e produção de uma agricultura de subsistência. O papel que possuíam na Nigéria pré-colonial, quando gozavam de independência, liberdade política, social e econômica, foi substituído pela imposição dos costumes europeus e da subordinação feminina, que continuou afetando a vida das mulheres nigerianas mesmo no pós-independência (Ogbemudia, 2019).

Apesar de alguns autores definirem a situação das mulheres na Nigéria colonial como uma “dupla colonização”, por parte dos colonizadores britânicos e dos homens africanos, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) enxerga que as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres

⁸ “O próprio processo pelo qual as fêmeas foram categorizadas e reduzidas a ‘mulheres’ as tornou inelegíveis para papéis de liderança. [...] O surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal.” (Oyěwùmí, 2021, p.189)

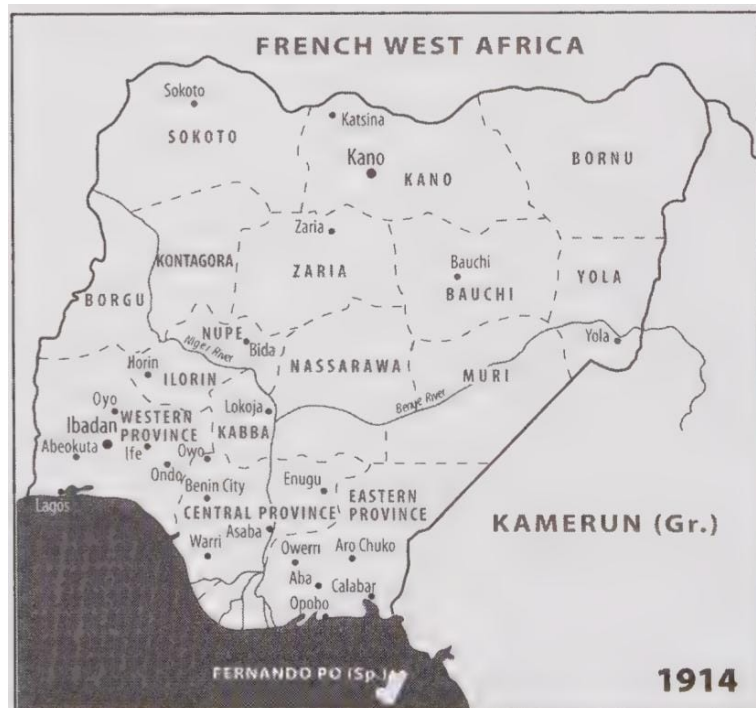
tinham como base a as relações hierárquicas de raça/gênero que são elementos essenciais do colonialismo. Ainda que as mulheres tenham sido subjugadas pelos homens locais, eles não as colonizaram, já que os próprios eram sujeitos da colonização. Para a autora: “As fêmeas foram colonizadas pelos europeus como africanas e como mulheres africanas. Elas foram dominadas, exploradas e inferiorizadas como africanas juntamente com homens africanos e, então, inferiorizadas e marginalizadas como mulheres africanas” (Oyěwùmí, 2021, p. 187).

Em relação ao discurso de que o trabalho forçado deveria ser erradicado e, por isso, era necessário tomar o controle sobre os territórios, os colonizadores o utilizaram para construir sua própria infraestrutura administrativa e produtiva na região. Estradas e ferrovias, que fariam com que os produtos chegassem com mais agilidade na costa para serem exportados, foram construídos com a finalidade única de alcançar os interesses imperialistas (Eje, 2021; Falola e Heaton, 2008; Osaghae, 1998)⁹. Ainda que houvesse resistências dos povos nativos aos avanços europeus no território, estas eram pacificadas pelo poder militar britânico através da violência, execução ou deportações.

Já em 1914 os protetorados criados anteriormente foram unidos, formando assim a Colônia e Protetorado da Nigéria, governado sob as ordens do Lord Lugard. Duas razões principais são mobilizadas para explicar essa união, de acordo com Oyarinu (2024, p. 108): em primeiro lugar, os recursos financeiros produzidos na região sul, mais desenvolvida economicamente, poderiam ser utilizados para financiar a região norte, considerada mais carente em diversas áreas. Além disso, a administração colonial seria simplificada com apenas um território para governar, diferente do modelo anterior que possuía maneiras distintas, devido à diversidade de grupos nas áreas dos protetorados. Porém, essa unificação se mostrou um desastre ao não levar em consideração às diversas culturas que viviam naquele espaço e seus próprios modos de organização. Ainda que houvesse proximidade geográfica entre as regiões, as populações, costumes, crenças e valores dos povos que viviam nelas eram diferentes. Posteriormente à amalgamação, a autoridade colonial realizou uma nova divisão no território, em 1946, separando a região sul entre leste e oeste (Oyarinu, 2024).

Mapa 2: Divisão da Nigéria em quatro regiões

⁹ Ainda hoje a economia nigeriana se baseia na exportação de *commodities*, principalmente do petróleo. Descoberto no território em 1956, pela Shell D’Archy, a exportação do “ouro negro” tem sido central para a Nigéria desde esse período, representando cerca de 90% da receita estrangeira do país. (Raji; Yusuf e Samuel 2013, 24; Soremekun 2011, 99 *apud* Oluwaniyi, 2018, p.152). No entanto, apesar de ter se tornando um dos líderes mundiais na exportação de petróleo, e, por causa disso, ter potencial para atingir níveis elevados de desenvolvimento econômico e social, as comunidades exportadoras do Rio Níger falharam em transformar os lucros em qualidade de vida para a população, a qual a maioria vive na pobreza extrema; apenas poucos têm acesso aos benefícios trazidos pela exportação do petróleo. (Falola e Heaton, 2008; Oluwaniyi, 2018)



Fonte: Falola e Heaton (2008)

Apesar da distinção entre sul e norte ter sido uma marca aprofundada pela colonização, outros fatores como o regionalismo, a questão das minorias étnicas, a natureza do desenvolvimento econômico e a integração da Nigéria no sistema internacional também são relevantes para compreender a ferida aberta na integração do país que permaneceu pós-independência (Osaghae, 1998, p. 7). A marginalização da região norte é tida como uma estratégia premeditada dos britânicos de dividir para reinar, tendo em vista que determinados espaços de atuação relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade coesa foram restritos por muito tempo apenas à região sul. Em 1912, por exemplo, havia 34 escolas primárias no norte, enquanto no sul havia 150 destas instituições e mais 10 escolas secundárias. Além disso, regularizações diferentes para o acesso à terra, abertura de movimentos políticos, circulação de jornais locais e até a participação de representantes do norte no Conselho Legislativo para ambas regiões aconteceram tardiamente, o que deu à região sul maior experiência e vantagem em seu desenvolvimento (Osaghae, 1998, p. 5-6).

Em um primeiro momento, apesar do número maior de instituições educacionais na região sul da Nigéria, o acesso a ela era restrito aos homens, sendo o objetivo principal destas instituições a formação de professores e clérigos que ajudassem a difundir o cristianismo na colônia. A presença das mulheres nesses locais era vista como um gasto desnecessário, já que os frutos de sua educação seriam usufruídos pela família do noivo que ela viesse a ter e não

por sua própria família, muito menos por ela própria. O homem então é colocado como o agente principal na sociedade, com liberdades sociais, políticas e econômicas, enquanto as mulheres são inferiorizadas e relegadas ao trabalho doméstico (Ogbemudia, 2019, p. 23). A educação doméstica era ensinada às mulheres de formas que elas, já treinadas, pudessem colaborar na dispersão e imposição do cristianismo nas comunidades locais, como ajudantes de seus maridos, além de aprenderem a como ser mães e donas de casa com base cristã (Oyëwùmí, 2021, p. 197).

O maior acesso do sul a esses espaços, no entanto, não deve ser entendido como um ato humanitário ou benevolente dos colonizadores. Ejeh (2021, p. 13), afirma que “as poucas escolas que construíram destinavam-se basicamente à formação de africanos para trabalharem como escriturários, e não à sua educação e libertação”, o mesmo pode ser aplicado a outras instituições criadas no território não para servir aos povos nativos, mas para serem utilizadas como ferramentas de dominação. Para Onyekpe (1997, p. 232), enquanto a região sul teve contato direto com a educação ocidental, o norte foi intencionalmente afastado dessas influências e colocado mais perto das influências islâmicas, como parte de uma política britânica deliberada para manter a disparidade entre as regiões. A região norte, por possuir uma população maior e ter sido poupada de divisões menores, como a realizada no sul, em 1946, vivenciou um desequilíbrio persistente que afeta, nos dias atuais, diretamente a educação da população e a política interna, a qual se encontra nas mãos de uma elite que busca atingir seus interesses particulares (Oyarinu, 2024). Afinal, como nos lembra Mignolo, a estrutura do poder colonial necessita mobilizar vários elementos para que o sistema opere, entre eles:

(1) a (re)classificação da população de todo o planeta; (2) ‘uma estrutura institucional funcional para articular e gerenciar tais classificações (aparatos estatais, universidades, igrejas, etc)’; (3) ‘a definição dos espaços apropriados para tais objetivos’; (4) ‘uma perspectiva epistemológica a partir da qual pode-se articular o significado e o perfil da nova matriz de poder e da qual a nova produção de conhecimento poderia ser canalizada’. (Mignolo, 2000 p. 17 *apud* Blanco e Delgado, 2021, p. 131).

Diferente da premissa proposta na amalgamação de que a integração das regiões norte e sul desenvolveria uma economia integrada, a economia da Nigéria recém formada era resumida na produção e extração de insumos utilizados como matéria-prima na Europa. Todas as atividades realizadas pelos colonizadores tinham como fim a exploração e exportação de recursos para enriquecer a metrópole e outros países capitalistas em detrimento do desenvolvimento da nação nigeriana recém criada (Suleiman, 2021). Políticas de bem-estar

eram inexistentes; o setor social era dominado por missionários e agências voluntárias; o incentivo para a construção de um setor manufatureiro local era mínimo — causando maior dependência da colônia em relação à metrópole —; o setor privado da economia colonial era dominado por europeus, a abertura de negócios pelos nativos era dificultada e estes viviam, majoritariamente, da agricultura (Osaghae, 1998, p. 12).

As mudanças políticas e econômicas impostas pelos britânicos tiveram resultado direto em mudanças sociais e culturais nas comunidades, como, por exemplo, as migrações de povos tradicionais para as cidades. Com a expansão da lógica capitalista, milhares deixaram sua comunidade e sua cultura em busca de trabalhos assalariados, seja servindo à administração colonial, empresas estrangeiras, como também trabalhando como comerciantes ou, para poucos que tinham estudado sabiam a língua inglesa, trabalhar diretamente na burocracia da colônia, mas em cargos desvalorizados (Bom, 2024). Falola (2025, p. 262), afirma que foi nesse momento que a especialização do trabalho passou a ser difundida e aceita pela população local, mas, ainda que a economia passasse por um processo de expansão, a pobreza teve um aumento, resultado direto do desemprego e da distribuição totalmente desigual de recursos na colônia.

As mudanças ocorridas na sociedade, principalmente a assimilação dos ideais europeus e da ideia de Europa como centro da civilização resultaram em uma migração de nigerianos, majoritariamente homens, com melhores condições de vida para estudar no Reino Unido ou em universidades afro-americanas nos Estados Unidos. A partir de 1930, ao retornarem para casa, esses jovens recém-formados passaram a questionar mais veementemente a situação colonial da Nigéria, a falta de desenvolvimento social e econômico da população e, principalmente, a falta de representatividade da própria comunidade nativa em cargos no governo, comandado pelos britânicos. Nesse período, com um alto número de rapazes educados, estes passaram a procurar por esposas que também tivessem algum grau de educação ocidental, o que levou ao aumento substancial na presença de mulheres em escolas missionárias, locais de onde eram afastadas¹⁰.

Anteriormente aos anos 1930, uma primeira geração de rapazes nigerianos recém-formados também regressara, majoritariamente do Reino Unido, questionando o sistema colonial, mas a falta de um entendimento amplamente aceito dos povos da região de compreenderem a si mesmo como uma nação não produziu grandes movimentos que

¹⁰ “Em 1930, havia 37 mil meninos, mas apenas 10 mil meninas, em escolas missionárias aprovadas. Em 1947, o número de meninas havia aumentado para 38 mil, mas eram apenas 25% do número total de crianças na escola,” (Oyèwùmí, 2021, p. 200).

pudessem ser chamados de nacionalistas. Apesar disso, foram criadas algumas organizações de estudantes recém-formados que lutavam para ultrapassar as barreiras racistas impostas pelos colonizadores e que mantinham os africanos instruídos longe de bons empregos na colônia e de privilégios voltados apenas à sociedade britânica privilegiada (Falola e Heaton, 2008, p. 137-138).

Apesar de a administração colonial ter tido resistência de grupos nativos desde o seu início, a falta de uma consciência “pan-nigeriana” entre os povos se tornou um empecilho para a luta nacionalista (Falola e Heaton, 2008, p. 136). Os novos líderes dos movimentos — regressados do Ocidente a partir de 1930 — tinham como objetivo a expulsão dos colonizadores britânicos e a tomada do poder político pelos povos originários, no entanto, divisões e interesses regionais foram responsáveis pela cisão desses grupos, resultando na criação de partidos regionais com objetivos particulares diferentes (Falola e Heaton, 2008, p. 137). Previamente a Segunda Guerra Mundial, havia poucas organizações nacionalistas na Nigéria, sendo as maiores o Movimento da Juventude Nacional (NYM) e o Partido Nacional Democrático Nigeriano (NNDP), que possuíam atuações limitadas a algumas regiões (Falola, 2025). Somado ao crescente número de adeptos a movimentos nacionalistas, a partir dos anos 1920 até o fim da Segunda Guerra Mundial, uma grande crise econômica assolou a Nigéria, diminuindo drasticamente o número de exportações realizadas pela colônia, o que afetou toda a população, até mesmo os que não dependiam diretamente da exportação de produtos (Falola e Heaton, 2008, p. 140). Esses fatores, juntamente com um maior número de nigerianos que passaram a frequentar a escola, iniciaram um longo processo de desenvolvimento de um ideal nacionalista na população nigeriana de forma ampla, não mais apenas voltado aos egressos de instituições ocidentais que tiveram acesso a diferentes ideologias e visão de mundo diferentes.

A Segunda Guerra Mundial desencadeou desdobramentos que mudariam toda a trajetória política da Nigéria nos anos posteriores. Com a participação da Nigéria na guerra, a consequente exposição dos nigerianos a fatores externos impulsionou as lutas nacionalistas e um senso de unidade, antes inexistente, de que a Nigéria era um território consolidado pertencente ao Império Britânico e que deveria lutar por ele contra o “mal” — propaganda que também foi forjada pelo Reino Unido nos territórios colonizados através da mídia (Falola, 2025, p. 482). Muitos homens nigerianos foram recrutados para o exército britânico e, na colônia, a produção de gêneros agrícolas e extração de minérios eram direcionadas ao abastecimento das suas forças militares (Falola, 2025, p. 475-478).

Apesar dos esforços e do esgotamento de recursos das colônias britânicas, o Reino Unido saiu da guerra como um império colapsado, destruído e sem recursos para se reerguer.

Além disso, o sentimento das colônias britânicas de que a metrópole não tinha mais força para proteger sua população e seus territórios, somado às experiências de soldados nigerianos que regressaram com o pensamento de que os brancos não eram mais evoluídos que eles e, por conta disso, a colônia precisava se auto-governar, juntamente com a assinatura da Carta do Atlântico — que estabeleceu a autodeterminação dos povos — culminou na consequente perda de controle político do Reino Unido nos territórios colonizados e, a partir disso, a independência das colônias (Falola, 2025, p. 479).

Além disso, crise econômica iniciada no país a partir de 1920, que se agravou no período da guerra, reflexo também do contexto econômico mundial também culminou no sentimento nacionalista. Para Falola (2025), o início da crise está na imposição da cultura de exportação de produtos agrícolas que resultou no abandono das plantações médias ou pequenas voltadas para a subsistência. Com a Segunda Guerra Mundial, a quantidade de alimentos produzidos na Nigéria eram insuficientes para alimentar o exército britânico e a população local. A pressão colonial para que a produção continuasse, a tentativa de regularização dos preços e outras ações tomadas pelo governo do Reino Unido não foram suficientes para frear a grave crise econômica no país. Aliado a isso, a impossibilidade dos nigerianos de utilizarem as malhas ferroviárias construídas pela administração colonial para importar bens foi o agravante para a crise econômica que durou anos (Falola, 2025).

A participação das mulheres nos movimentos nacionalistas, que eram liderados por homens, foram invisibilizadas e a questão da subjugação de gênero a partir da imposição do colonialismo, ignorada pelos novos líderes. Ao invés disso, após a conquista da independência, as mulheres foram impedidas de entrarem na política e novamente relegadas à esfera privada como donas de casa (Okeke-Ihejirika *et al*, 2017).

O sentimento de nacionalismo passou a ser então anti-colonial. Como consequência dos desdobramentos da guerra. A pressão dos movimentos nacionalistas e de greves de trabalhadores demandando melhores condições de vida resultou em um programa de 10 anos para o desenvolvimento e expansão de serviços sociais, infraestrutura e indústria local, colocado em prática pelo governo britânico. Nesse período serviços de educação e saúde foram aplicados, mas esses esforços estavam totalmente ligados a um receio de que os movimentos nacionalistas se aproximassem de ideias socialistas e comunistas. Todavia, os próprios movimentos nacionalistas, ainda que pudessem ser influenciados por diferentes ideais como o anticapitalismo ou anticolonialismo, acabaram por reproduzir lógicas semelhantes por não serem movimentos decoloniais, como a ideia de Estado-nação (Grosfoguel, 2018; Oyěwùmí, 2021).

Outra reforma política realizada pelos colonizadores foi a contratação da elite nacionalistas educada no Ocidente para a administração colonial, o que era uma demanda anterior até mesmo aos movimentos nacionalistas (Falola e Heaton, 2008, p. 148). Mulheres, no entanto, continuaram sendo excluídas da participação política, ainda que viessem lutando há anos para se fazerem presentes nesses espaços. Oyěwùmí (2021) cita o exemplo ocorrido em 1923 em que mulheres que faziam parte da Liga das Mulheres de Lagos exigiram ao governo colonial britânico que cedesse espaço a elas no serviço público, o que foi prontamente negado e rechaçado pelas autoridades. Outra negativa ocorreu em 1951, em que uma circular declarou que apenas em circunstâncias excepcionais as mulheres seriam nomeadas para cargos relevantes. Dessa forma: “[...] independentemente de qualificações, mérito ou senioridade, *as mulheres deveriam ser subordinadas aos homens em todas as situações*. A masculinidade foi, assim, projetada como uma das qualificações para o emprego no serviço relevante civil colonial.” (Oyěwùmí, 2021, p. 203).

Com a abertura dos cargos públicos para homens locais, reformas constitucionais passaram a ser cobradas, o que resultou em três Constituições adotadas na Nigéria entre os anos de 1945 e 1954. A primeira, conhecida como *Richards Constitution*, teve como maior ganho a ampliação do Conselho Legislativo, permitindo maior participação de representantes nativos. Críticas acerca da falta de representantes dos movimentos nacionalistas para discutir e trabalhar, junto com a administração britânica, na confecção da nova constituição, e o poder político dado exclusivamente a Lagos e Calabar, sendo as únicas cidades que poderiam votar para o Conselho — o que manteria a exclusividade e a não representação de outros grupos — foram cruciais para que esta não fosse aceita pelos movimentos nacionalistas. Além disso, a *Richards Constitution* incluiu, pela primeira vez, a região norte da Nigéria dentro de uma unidade nigeriana, o que foi motivo de desconfiança e receio de que a região sul, de maioria cristã, passasse a influenciar política e culturalmente o norte islâmico.

Com as ressalvas trazidas pelos líderes e movimentos nacionalistas, uma nova Constituição foi feita em 1950, com a participação de políticos locais na Conferência Constitucional, realizada em Ibadan. Essa constituição criou o Conselho de Ministros com 12 cadeiras, sendo uma para cada um dos líderes das quatro regiões da Nigéria e seis para membros oficiais. Outros ganhos para a política nigeriana foram a ampliação da Casa dos Representantes, com metade dos participantes sendo do norte e a outra metade do sul; maiores poderes legislativos para as assembleias regionais e, principalmente, a realização da primeira eleição geral da história da Nigéria, sendo esta para o legislativo.

A última constituição do período colonial foi proposta a partir da pressão de partidos

políticos da região sul da Nigéria que passaram a reivindicar maior autonomia interna para governar através das assembleias regionais. Mesmo com o receio da região norte de que não estava pronta para se autogovernar, entre os anos de 1953 e 1954 foram realizadas em Londres e Lagos conferências constitucionais que resultou na *Lyttleton Constitution*, que estabeleceu a Nigéria como um Território Federal de três regiões (norte, leste e oeste) e definiu o território de Lagos como Território Federal administrado pelo governo central britânico. Além dessas mudanças, a Constituição outorgou que a Nigéria se tornaria um Estado independente em 1º de outubro de 1960, através de eleições gerais.

Nesse cenário e no que se seguiu, a participação feminina continuou sendo marginalizada dos espaços públicos e políticos na Nigéria — herança direta da inferiorização destas no período colonial. Oyěwùmí (2021) afirma que a colonização impactou, principalmente, a vida das mulheres nigerianas de forma extremamente negativa, apesar de alguns defenderem que houve benefícios para elas, a autora defende que:

As avaliações do impacto da colonização que vê certos “benefícios” para as mulheres africanas são equivocadas à luz do efeito abrangente do Estado colonial, que efetivamente definia as fêmeas como “mulheres” e, portanto, sujeitos coloniais de segunda classe, inaptas para determinarem seu próprio destino. O status de segunda classe pós-independência da cidadania das mulheres africanas está enraizado no processo de inventá-las como mulheres. (Oyěwùmí, 2021, p. 192-193).

A herança do colonialismo na vida das mulheres ainda é uma realidade muito presente na Nigéria, o que representa uma barreira para o seu desenvolvimento em diferentes âmbitos, como acadêmico e profissional. A última constituição outorgada no país, no ano de 1999, e que ainda está em vigor, garante o direito a todos os cidadãos, mas falha na aplicação destes e na definição clara dos direitos das mulheres (Dada, 2012 *apud* Ogbemudia, 2019), além de não garantir maior participação feminina em cargos de destaque na política, os quais ainda são geridos por homens, em sua grande maioria. Além disso, a educação feminina e o reconhecimento do trabalho delas continuam sendo questões precarizadas no país: em 2012 havia cerca de 40 milhões de analfabetos, dos quais 60% eram mulheres (Oyitso e Olomukoro. 2012 *apud* Ogbemudia, 2019). A Nigéria também detém uma das maiores disparidades de salários no mundo, onde a remuneração dos homens é 25% maior do que a das mulheres (Ogwumike et al 2006; Fapohunda 2013 *apud* Ogbemudia, 2019).

Ainda que sua participação no mercado de trabalho seja menor que a dos homens por várias razões — nível de educação, estereótipos de gênero, religião, cultura e pobreza — o número de mulheres nigerianas buscando qualificação profissional segue aumentando, mesmo com os muitos desafios (Ogbemudia, 2019). Como forma de obter mais chances no âmbito

acadêmico e profissional, muitas mulheres — assim como os homens — enxergam na migração uma maneira de alcançar seus objetivos e ascender socialmente.

2.1 DIÁSPORA COMO LEGADO DA COLONIZAÇÃO

A mobilidade espacial é um processo fundamental no continente africano. Diversas formas de migração, sejam forçadas ou voluntárias e em diversos contextos — político, econômico, social e cultural — explicam a ida de grupos ou indivíduos tanto para países africanos vizinhos, como para outros continentes, como a Europa. A título de exemplo da importância da diáspora para o continente africano, de acordo com a União Africana (UA) a África é dividida em seis sub regiões: Norte da África; África do Sul; África Ocidental; África Oriental; África Central e Diáspora, a última sendo definida pela instituição como “povos de origem e herança africana que vivem fora do continente e que permanecem comprometidos em contribuir para o desenvolvimento deste e para a construção da União Africana” (UA, 2005 *apud* Spadavecchia, 2013)¹¹.

Para Adepoju (2006, p. 32, tradução própria), as sub-regiões africanas são caracterizadas por tipos predominantes de fluxos migratórios, sendo: “migração laboral na África Ocidental e Central; fluxos de refugiados na África Oriental; migração laboral de países da África Oriental e Meridional para a África do Sul e migração clandestina no Sahel da África Ocidental e na África Oriental”¹². A migração em África acontece como um ciclo entre emigração, diáspora e retorno. Quando decidem sair do seu país, os imigrantes levam em consideração, ao escolher seu destino, um grupo de apoio, sejam familiares, parentes ou membros da mesma comunidade, ou seja, uma rede com que possam se manter conectados com sua cultura materna. Dessa forma, o desejo de retornar para África e para sua comunidade é uma característica intrínseca aos movimentos migratórios africanos (Adepoju, 2006).

Na Nigéria, processos como a colonialismo, conflitos pós-independência — como a Guerra Civil de Biafra de 1967 a 1970 — e o agravamento das crises políticas e econômicas foram fatores que levaram muitos nigerianos a deixarem seu país e seus grupos étnicos e a migrarem para o chamado Ocidente. Os autores Wapmuk, Akinkuotu e Ibonye (2014)

¹¹ No original: “*Peoples of African origin and heritage living outside the continent and who remain committed to contribute to the development of the continent and building of the African Union*” (UA, 2005 *apud* Spadavecchia, 2013).

¹² No original: “[...]labour migration in western and middle Africa, refugee flows within eastern Africa, labour migration from eastern and southern African countries to South Africa, and clandestine migration – especially of ethnic groups and nomads – in West Africa’s Sahel and in eastern Africa” (Adepoju, 2006, p. 32)

afirmam que a diáspora pode ser entendida como um movimento de indivíduos que passam a residir em outra localidade, mas que mantêm laços com seu país de origem através de conexões sociais, econômicas ou culturais. Para eles, há uma diferença dos movimentos de diáspora que ocorrem hoje para os que ocorriam antigamente: a diáspora histórica acontecia de maneira forçada, sendo os indivíduos obrigados a deixarem suas comunidades; já a diáspora moderna ocorre através do livre arbítrio, em que o indivíduo busca melhores condições de vida em outros locais.

Com seus mais de 250 grupos étnicos, a diáspora nigeriana não pode ser entendida como algo único, um grupo com as mesmas características. A forma como se deu a colonização do país, em que diversos grupos — com culturas, políticas, sociedades, religião, língua e várias outras características distintas — foram unidos em uma única entidade chamada Nigéria, fez com que muitos povos questionassem o seu pertencimento àquela nação como sua. Dessa forma, muitos nigerianos da diáspora levaram consigo não uma identidade nigeriana única, mas sim culturas, ideais e identidades diferentes entre si, representando suas comunidades étnicas (Wapmuk, Akinkuotu e Ibonye, 2014, p. 297).

A partir da imposição do sistema colonial capitalista no território que precedeu a Nigéria, a diáspora passou a ser uma realidade vivida por aqueles que buscavam melhores condições. Destinos como Camarões, Serra Leoa, Guiné Equatorial, Benin e Gana eram as principais localidades que recebiam trabalhadores para atuar em construções de estradas de ferro, minas, plantações ou no comércio. No entanto, essas migrações ainda não poderiam ser compreendidas como diáspora nigeriana, visto que foi apenas em 1914 que a Nigéria foi constituída com um Estado uno, é a partir desse marco que o termo “diáspora nigeriana” pode ser compreendido como um conceito, ou como forma de identificação de um grupo (Wapmuk, Akinkuotu e Ibonye, 2014, p. 307). Além disso, a demarcação das fronteiras do Estado nigeriano trouxe consigo um aumento no fluxo de pessoas para localidades vizinhas, visto que as fronteiras criadas pelos colonizadores atravessavam os fluxos tradicionais e comunidades foram divididas dentro e fora da Nigéria, o que explica a existência da cultura e de membros de grupos étnicos, como os Iorubá, em países vizinhos.

A partir dos anos 1960, enquanto muitos africanos migraram fugindo de conflitos políticos e perseguições, os nigerianos migravam por razões diferentes. Com a independência da Nigéria o país vivia um momento de instabilidade e fraqueza política e econômica após o fim do domínio colonial e incapacidade de seus sucessivos líderes de articularem uma política estável para responder aos desafios deixados pelo colonialismo. As crises econômicas; as crises do petróleo, governos ditatoriais; emergência das reformas econômicas e a “fuga de

cérebros” — que envolvia a busca por melhores condições acadêmicas e profissionais por pessoas qualificadas, consequência direta do sistema educacional precário — são algumas das razões citadas por Wapmuk, Akinkuotu e Ibonye (2014) que servem para explicar a diáspora nigeriana pós-independência. De acordo com o escritor nigeriano Chinua Achebe, uma das vozes mais influentes da literatura africana, essas questões poderiam se resumir a um elemento:

O problema com a Nigéria é, pura e simplesmente, uma falha de liderança. Não há nada basicamente errado com o caráter nigeriano. Não há nada de errado com a terra, o clima, a água, o ar ou qualquer outra coisa nigeriana. O problema nigeriano é a falta de vontade ou incapacidade de seus líderes de assumir a responsabilidade, o desafio do exemplo pessoal, que são as características da verdadeira liderança (Achebe, 1987, p. 9, tradução própria)¹³.

Para Julius Kómoláfé (2013 *apud* Wapmuk, Akinkuotu e Ibonye, 2014), em um estudo sobre o processo geográfico de imigração nigeriana, a escolha dos nigerianos acerca da nova localidade de residência leva em consideração à adaptação com a língua e os costumes, além do acesso facilitado a empregos remunerados e a possibilidade de se reunir com família, conhecidos ou com membros da sua comunidade de origem. Dessa forma, países como o Reino Unido, Estados Unidos e Canadá se destacam como destinos para imigrantes nigerianos. Além da facilitação da língua e da presença de uma grande comunidade nigeriana, o Reino Unido também se destaca pelos laços imperiais mantidos com a Nigéria, sendo um dos países com o maior número de imigrantes no Reino Unido.

Esses motivos também foram aprofundados durante a metade do século XX, no período pós-Segunda Guerra Mundial, em que o governo do Reino Unido passou a encorajar a migração de pessoas provenientes do Caribe, África e outros países, com o objetivo de suprir a escassez da mão de obra e reconstruir o país devastado pelo conflito. Apesar das facilitações através de políticas migratórias favoráveis e a promessa de empregos, o racismo da população britânica foi um fator causou imensa dificuldade na vida de imigrantes negros para questões básicas como encontrar acomodações, empregos ou ter acesso a serviços básicos (Ogbemudia, 2019).

Embora o movimento da diáspora nigeriana tenha sido marcado por uma multiplicidade de experiências, é necessário destacar como as trajetórias das mulheres nesse processo assumem contornos específicos, a começar como elas são vistas. Dornelas e Ribeiro

¹³ No original: “*The trouble with Nigeria is simply and squarely a failure of leadership. There is nothing basically wrong with the Nigerian character. There is nothing wrong with the Nigerian land or climate or water or air or anything else. The Nigerian problem is the unwillingness or inability of its leaders to rise to the responsibility, to the challenge of personal example which are the hallmarks of true leadership*” (Achebe, 1987, p. 9).

(2018) afirmam que as mulheres são tidas, desde muito tempo, como coadjuvantes no processo de migração, meras acompanhantes dos maridos, os quais detêm o papel de provedor da família. Dessa forma, as motivações e desejos de mulheres para migrar ficaram ofuscados por seu papel de esposa e mãe, convencido de que estas migram apenas para dar apoio ao marido e cuidar da família, no entanto outros motivos fazem com que o número de mulheres migrantes passasse a ter um aumento substancial no final do século XX.

2.2. DESAFIOS INTERSECCIONAIS: A IMIGRAÇÃO FEMININA

A literatura sobre a migração de mulheres com origem em países subsaarianos ainda é pequena tendo vista a complexidade e o número delas que deixam seus países para obter melhores condições no exterior; ainda menos estudado são as condições às quais essas mulheres vivem nos países de destino (Ogbemudia, 2019; Okeke-Ihejirika *et al.*, 2017), lidando não apenas com a situação de imigrantes, mas também como mulheres e mulheres negras em sociedades com estruturas políticas e econômicas racistas e patriarcais. No entanto, dentro da família o papel dessas mulheres é único, sendo elas mediadoras e personificação das identidades culturais de seu grupo étnico e responsáveis por transmiti-las (Okeke-Ihejirika *et al.*, 2017).

Ainda que a migração feminina seja algo que sempre ocorreu, a partir dos anos 1980 esse processo passou a ter maior relevância dentro da academia, em que muitos autores em vários campos passaram a fazer esforços para destrinchar as suas características. Para Sassen (2003 *apud* Ogbemudia, 2019) a migração feminina e a globalização representam uma relação sistêmica em que a incorporação de mulheres imigrantes em países desenvolvidos é marcado pelos baixos salários que elas recebem. A autora defende que, na migração do chamado Sul Global para o Norte Global, há duas ações sendo realizadas: as cidades globais, ao criarem demanda para empregos com remuneração alta necessariamente cria demandas para emprego com remuneração baixa, os que são oferecidos às mulheres imigrantes; além disso, o governo do país de origem dessas mulheres cria o que a autora chama de circuitos de sobrevivência, em que as remessas enviadas por elas contribuem para as receitas do país. Como visto no tópico anterior, o envio de remessas por parte de imigrantes africanos é tão importante para o desenvolvimento de vários países no continente que a diáspora é considerada uma sub-região africana.

O modelo de Sassen, no entanto, é considerado extremamente simplista por alguns autores por não levar outros elementos em consideração. Kofman e Raghuram (2005 *apud*

Ogbemudia, 2019) defendem que os empregos reprodutivos e mal remunerados, nos quais Sassia afirma restar às mulheres imigrantes, não são a única opção para elas e defender essa ideia é acreditar em um discurso hegemônico de que as mulheres de países do Sul Global representam um único grupo desqualificado. O que ocorre, no entanto, é o contrário, as mulheres fazem parte de um grupo qualificado, mas “as características econômicas de suas habilidades são ignoradas, e a maneira como a natureza de gênero das políticas de imigração nos países de destino cria uma barreira entre elas e o emprego adequado no mercado de trabalho não é totalmente discutida” (Ogbemudia, 2019, p. 33). Outros elementos mais complexos como mudanças nos papéis de gênero, fatores étnicos, *status* migratório, também devem ser levados em consideração na discussão acerca da migração, daí a importância de uma lente interseccional para analisar esses processos de migração femininos.

No contexto nigeriano, a migração a partir do casamento para o Reino Unido é a prática comum e legal mais utilizada pelas mulheres para chegarem ao seu destino (Ogbemudia, 2019), outros motivos, no entanto, também fazem com que mulheres nigerianas passem por esse processo de mudança. A discriminação, violência doméstica e opressão, seja pela família ou pela comunidade — são justificativas para que muitas mulheres migrem sozinhas e passem a viver de forma independente em outros países. Essa prática se tornou comum a partir das crises econômicas vividas por países africanos, inclusive a Nigéria, que obrigou muitos a migrarem, no entanto, não é vista com bons olhos em alguns países, que consideram inapropriado que uma mulher viva sozinha (Adepoju, 2006).

Um ponto crucial na imigração feminina nigeriana é a desvantagem destas na sua inserção no sistema educacional colonial, que determinou que as mulheres não eram relevantes o suficiente para frequentarem a escola e terem acesso à educação, o que, de acordo com Oyěwùmí (2021) continua determinando a falta de acesso a recursos por elas ainda hoje. Com o envelhecimento populacional de países desenvolvidos, os quais passam a introduzir novas dinâmicas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior demanda por trabalhadores qualificados provenientes de países pobres, as mulheres também passaram a ter mais chances de migrar sozinhas e conquistar independência financeira (Adepoju, 2006). Ao estudarem e se capacitarem, elas enxergam a migração como uma maneira de se tornar independente e se afastar da pressão da família, por exemplo. O colapso da educação de muitos países africanos no pós-independência motivado por anos de crises, fez com que a migração fosse uma saída viável para mulheres que buscavam uma melhor educação para si ou para os filhos.

Além disso, a migração feminina também reflete as pressões familiares em

contextos de vulnerabilidade econômica. Muitas mulheres, assim como os homens, encontram na migração uma maneira de sobrevivência para si e sua família, através da diversificação da renda familiar, diminuindo a dependência da agricultura (Adepoju, 2006) — comum a muitas famílias na Nigéria, como visto no tópico anterior. Esse movimento, além de refletir em um maior número de mulheres migrantes, também evidencia o papel dessas mulheres como pilar econômico da família.

Como exposto anteriormente, houve um movimento comum na Nigéria, em que jovens, majoritariamente homens, saiam do país com destino ao Reino Unido em busca de uma educação mais qualificada, levando consigo o desejo de retornar e aplicar seus conhecimentos nas instituições do país. A partir dos anos 1990, com as crises vividas por diversos países africanos, a migração de mulheres passou a ser cada vez maior, as quais inicialmente eram, em sua maior parte, para reencontrar a família no país de destino. Esse movimento de imigração em busca de melhores condições de vida, que era em boa parte masculinizado passou a ter um número maior de mulheres, o que caracterizou a imigração laboral da Nigéria como cada vez mais feminina (Adepoju 2000 *apud* Ogbemudia, 2019; Spadavecchia, 2013). Se faz necessário, portanto, compreender que a migração das mulheres para a Europa não é apenas uma consequência da ida do seu cônjuge, mas um fenômeno que envolve uma grande população e que tem efeitos sociais e econômicos, seja no território de origem — através do envio de remessas, por exemplo — como no de destino (Spadavecchia, 2013, p.101).

Mulheres qualificadas profissionalmente também têm maior chance de migrar do que homens na mesma situação. Neste cenário, a migração de profissionais do sexo feminino pode representar, ao mesmo tempo, um fenômeno positivo e negativo. No lado negativo está a de fuga de cérebros — em que profissionais qualificados, principalmente de nações subdesenvolvidas, migram para países desenvolvidos em busca de melhores condições —, e do lado positivo está o um cenário contrário, em que essas profissionais iniciam seus estudos no país de origem com o foco de emigrar, mas acabam por desistir e passam a atuar como profissionais em seu país; ou podem ir para o exterior, mas retornam após adquirirem experiência e conhecimento (Spadavecchia, 2013, p.107).

Apesar do alto número de mulheres nigerianas imigrantes no Reino Unido, Ogbemudia (2019) afirma que há falta de estatísticas quanto ao número de imigrantes nigerianos totais e, consequentemente, o número específico de mulheres nigerianas. Essa lacuna, para a autora, pode ser explicada através da noção irracional de que a população de negros, ou africanos, formam apenas um conjunto homogêneo de pessoas. Além disso,

sugere que a categoria gênero é tratada e vista como fator irrelevante para a imigração, colocando as mulheres negras imigrantes em um lugar invisibilizado, apartado de estudos sobre sua situação como imigrantes e, conseqüentemente, de políticas públicas que poderiam beneficiá-las.

O apagamento dessas mulheres faz com que não seja possível detectar as realidades que incidem sobre suas vidas como mulheres africanas imigrantes. A partir disso, a experiência que mulheres e homens têm da imigração ocorre de maneiras diferentes, começando pela política de imigração do país de destino, que determina o *status* da entrada dessas pessoas, e que, por sua vez, determina direitos que elas podem acessar no país, como residência, emprego e assistência social. Muitas mulheres entram no país de destino com o visto precário e não conseguem trabalhar fora, ficando dependentes dos seus maridos e se tornando donas de casa, sem renda própria (Okeke-Ihejirika *et al*, 2017). A obtenção da cidadania, nesse caso, também é dificultada, já que estas mulheres são vistas pelo Estado que as recebe como dependentes de alguém, como uma “bagagem” transportada pelos homens (Boyd, 2021, p. 20), o que as afasta de acesso a direitos e deveres civis, políticos e sociais que são resultado de um *status* de cidadania plena (Boyd e Grieco, 2003, p. 5).

Por mais que muitas sejam qualificadas profissionalmente, as mulheres imigrantes africanas que chegam nos países do Ocidente ainda possuem mais dificuldades do que os homens para encontrar trabalho, já que estes são vistos como os provedores da casa. Quando elas encontram, por causa do preconceito racial e de gênero, é comum serem alocadas em sub-empregos com salários baixos, longe de suas residências, o que dificulta ainda mais suas vidas, principalmente daquelas que são mães e precisam pagar também pela escola dos filhos com o pouco que recebem (Elabor-Idemudia, 1999; Wong, 2000 *apud* Okeke-Ihejirika *et al*, 2017). Ademais, ainda que comentado anteriormente neste trabalho que é comum que os imigrantes busquem conterrâneos nos locais de destino, sejam parentes ou membros da comunidade, caso isso não aconteça, as mulheres são as mais afetadas, emocional e psicologicamente, pelo isolamento e a falta de apoio para lidar com todo o aparato de questões decorrentes do processo de imigração e trabalho reprodutivo (Hyman *et al.*, 2008; Ogunsiji *et al.*, 2011; Tilbery & Rapley, 2004 *apud* Okeke-Ihejirika *et al*, 2017). Em muitos casos, a violência doméstica também é um agravante para a situação dessas mulheres e a falta de apoio, seja de pessoas próximas, mas também de aparatos públicos para garantir a segurança delas, é agravada com a barreira da língua, a falta de conhecimento acerca de serviços de proteção e/ou o medo de que seus parceiros, os quais muitas vezes são os únicos provedores da casa, sejam presos — deixando-as sem amparo econômico — e elas,

deportadas (Elabor-Idemudia, 1999; Ting, 2010; Yesufu, 2005 *apud* Okeke-Ihejirika *et al*, 2017).

Todas essas questões, as quais se baseiam principalmente em questões raciais, de gênero e de origem, influenciam na forma como mulheres imigrantes são incorporadas na vida de uma nova sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho — e que diferem da maneira com que homens são assimilados e transitam nesses espaços. As desigualdades estruturais em um sistema de imigração restritivo tem como consequência um declínio do status econômico, que afeta principalmente as mulheres, apesar de seus esforços para manter a condição de vida da família. Aliado a isso, a falta de políticas que apoiem a reconstrução das vidas dessas imigrantes, as opções limitadas de carreira — também para as que possuem qualificação — e as barreiras sociais são fatores que dificultam ainda mais a vida de mulheres imigrantes (Okeke-Ihejirika *et al*, 2017, p. 2-3).

Por outro lado, a migração pode trazer consigo a mobilidade social de mulheres em termos econômicos, dando a elas independência financeira que resulta em maior autoridade dentro da família. O trabalho fora de casa pode resultar na renegociação dos papéis de gênero em casa, em que o homem, assim como a mulher, passa a ter mais responsabilidade no trabalho reprodutivo. No entanto, a participação feminina no mercado de trabalho e na divisão das contas de casa não coloca fim ao patriarcado, pelo contrário, ao não haver uma renegociação do trabalho reprodutivo, os papéis de gênero podem ser reforçados.

3 INTERSECCIONALIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Se eu não compreender as agonias indizíveis daquela mulher sorridente que me deu a vida e foi duas vezes culturalmente escravizada, quem mais neste planeta vai se dar ao trabalho de compreender?
(Emecheta, 2024, p. 14)

3.1 O FEMINISMO DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As perspectivas feministas emergiram a partir dos anos 1980 dentro das Relações Internacionais, questionando as teorias tradicionais, principalmente o Realismo, que volta sua atenção particularmente para a questão do poder nas relações entre os Estados (Roque e Santos, 2019). A crítica feita pelas teorias feministas das Relações Internacionais argumenta que os indivíduos também são atores relevantes na política internacional, esta que, por sua vez, produz e reproduz as relações de poder com base no gênero (Roque e Santos, 2019, p. 419). Logo, a lente feminista nas RI tem o objetivo de evidenciar os sujeitos que compõem as relações internacionais e, consequentemente, o sistema internacional, mas que são colocados à margem diante de outros atores considerados “tradicionais” do campo — militares, diplomatas, negociadores, políticos .

É através dessa tentativa de inserção e compreensão das RI a partir do olhar e da participação de novos atores que autoras como Cynthia Enloe e J. Ann Tickner se tornaram emblemáticas por seus trabalhos acerca do feminismo no campo. Ao buscar ampliar o leque do que se estuda e de quem faz as relações internacionais, as autoras questionam qual o espaço que a mulher ocupa nesse sistema, tensionando também os próprios objetos de estudos da área como a economia, segurança internacional e o Estado, através de percepções provenientes de uma visão feminista (Ventura; Kritsch, 2017 *apud* Kyrillos, 2022). Para as acadêmicas, as diferenças de gênero estão constituídas ao redor de todas as esferas da vida, seja pública ou privada. Importante destacar que tal divisão entre a vida pública e vida privada não é natural, mas sim socialmente construída de forma problemática e prejudicial, principalmente para as mulheres (Tickner, 1997).

Uma das obras mais relevantes para a compreensão do papel que as mulheres ocupam nas relações internacionais é o livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relation*, de Cynthia Enloe, publicado originalmente em 1989. Através dessa obra a autora busca inserir a participação feminina na política internacional, que é representada majoritariamente por homens e que, consequentemente, trata dos assuntos internacionais exclusivamente a partir do olhar masculino. Para a autora, “todas as relações que se estabelecem dentro dos Estados, em suas esferas públicas ou privadas, estão implicadas

numa relação de poder desigual de gênero” (Kyrillos, 2022, p. 112). Enloe ainda afirma que a centralidade de um grupo em alguma esfera está diretamente relacionada à marginalização de outro:

Nenhum indivíduo ou grupo social se encontra nas ‘margens’ de uma qualquer teia de relações [...] sem que outro indivíduo ou grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o “centro” noutro lado. Para além da sua criação, existe também a rotina anual e diária de manutenção da margem onde esta se encontra e do centro onde está agora. É mais difícil para aqueles no alegado centro ouvirem as esperanças, medos e explicações daqueles que estão nas margens, não por causa da distância física [...] mas porque são necessários muitos recursos e acesso para ser “ouvido” quando e onde é importante. Consequentemente aqueles que se encontram nas margens tendem a ser aqueles considerados “silenciosos”. São imaginados como tendo vozes que simplesmente não podem ser ouvidas de longe ou retratados como faltando-lhes linguagem e capacidade de articulação ao mesmo tempo. (Enloe, 1996, p. 186 *apud* Roque; Santos, 2019, p. 422-423).

O pioneirismo do trabalho de Enloe dentro das RI abriu margem para que o pensamento sobre o que constitui o campo se expandisse para além da representação do Estado, mas a partir de um olhar para as relações que ocorrem dentro dele. Ao afirmar que o pessoal não é apenas político, mas também internacional, ela defende que as relações de poder que ocorrem dentro do Estado moldam as relações internacionais e vice-versa (Kyrillos, 2022; Roque e Santos, 2019). Dessa maneira, influenciadas por Enloe, outras autoras feministas dentro do campo das RI produziram e produzem seus pensamentos de maneira a buscar pôr um fim às dicotomias presentes nas relações humanas — privado e público; centro e periferia; interno e internacional — que marginaliza os grupos, não apenas as mulheres, e tira deles o seu poder de agência sobre os temas da política internacional (Roque; Santos, 2019).

Da mesma forma, a obra de Tickner, por sua vez, entra nas Relações Internacionais através da crítica às teorias tradicionais e positivistas. Para a autora, todo o conhecimento é parcial e a visão de mundo masculina não representa a amplitude do que se trata a política internacional ou a compreensão dos mais diversos assuntos que podem ser tratados nas RI, mas sim uma maneira restrita de compreender sua complexidade. A masculinidade como característica hegemônica da sociedade criou, exclusivamente através de sua própria visão, as diretrizes para o funcionamento da política internacional (Tickner, 1997 *apud* Kyrillos, 2022).

Nesse sentido, as autoras que tratam o feminismo nas RI revelam a dimensão generificada inclusive na produção do “internacional”. Essa concepção pode ser aprofundada a partir da noção de gênero proposta por Judith Butler, em que a autora problematiza sua naturalização e o compreende como uma prática discursiva social. Além disso, no livro *Problemas de Gênero* (2019), Butler tensiona os conceitos mobilizados dentro dos movimentos feministas, como o conceito universalizado de “mulher”. Para a autora, “mulher”,

como sujeito do feminismo, também se torna questionável em alguns sentidos: o primeiro se dá a partir da luta do movimento feminista para que o próprio sistema que cria e oprime o sujeito mulher reconheça suas reivindicações e, com isso, as emancipe, o que se torna um paradoxo. O segundo aspecto diz respeito à universalização do termo, o que não abrange as diversas pluralidades interseccionais, resultando em uma recusa de diversas mulheres a aderirem ao movimento, já que ele abarca as pautas de um grupo específico — branco e de classe média, chamado por bell hooks de Feminismo Reformista (hooks, 2020) e por Françoise Vergé de Feminismo Civilizatório (2020). Esse mecanismo também é utilizado para “conferir um status universal ao patriarcado” (Butler, 2019, p.22), de forma a generalizar e colocar o patriarcado como a única ou principal forma de subjugação das mulheres, ignorando outros tipos de dominação:

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal masculina (Butler, 2019, p. 21).

A perspectiva feminista nas RI, dessa forma, é considerada extremamente relevante para a construção e expansão do campo, visto que “não é nem somente sobre as mulheres, nem sobre a adição de mulheres às construções *mainstream*, mas sim, sobre a transformação dos modos de ser e conhecer” (Peterson, 1992, p. 2025 *apud* Roque; Santos, 2019, p. 425). No entanto, ainda que muitas das teóricas feministas nas Relações Internacionais não se considerarem feministas liberais por acreditarem que essas ideias iam em direção ao *mainstream* da disciplina, objeto de crítica pelas autoras feministas (Tickner, 2001 *apud* Sales, 2019), suas teorias demonstram uma limitação na representação dos mais variados grupos de mulheres no mundo. A partir disso, outras vertentes da teoria feminista passaram a ganhar mais espaço nas Relações Internacionais, mobilizando conceitos, autores e vivências fora do eixo ocidental.

Trabalhos acadêmicos recentes, como o de Mariana de Medeiros Costa (2024)¹⁴ acerca do esforço de intelectuais muçulmanas para a reinterpretação das escrituras sagradas do Islã, espaço o qual lhes foi negado durante muito tempo, evidencia como as teorias feministas nas Relações Internacionais vêm se expandindo fora das perspectivas hegemônicas do Norte

¹⁴ COSTA, Mariana de Medeiros. *Ijtihad, Umma e Feminismos Islâmicos: Uma Cartografia Conceitual Islâmica para as Relações Internacionais*. Orientador: Victor Coutinho Lage. 2024. 102f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

Global e contribuindo com a ampliação e diversificação epistemológica do campo e a análise a partir de um olhar interseccional. A autora defende que ao falar “sobre feminismos islâmicos o que está em jogo é a construção – e a crítica a ela – de uma forma específica da relação entre religião, subjetividade e sociedade.” (Costa, 2024, p.57).

Esse processo de ampliação dos estudos no campo das Relações Internacionais também pode ser observado no trabalho de Danielle G. Passos Nascimento (2024), no qual a autora busca compreender a contribuição do conceito de Amefricanidade, de Lélia Gonzalez, para as RI, ampliando o debate teórico da disciplina para além das teorias tradicionais. Ao justificar a importância do trabalho de González para o estudo das RI, Nascimento afirma que a relevância da autora se dá ao “[...] repensar a definição de internacional em termos de recortes, locais, referências intelectuais e enfoques conceituais, o que reflete no processo de expansão teórica do campo das Relações Internacionais e nos esforços de combinar teoria e prática” (Nascimento, 2024, p. 79), focando o olhar para a marginalização de mulheres, negros e indígenas através dos conceitos da autora.

De acordo com o exposto acima, observa-se que a disciplina de Relações Internacionais já possui uma sólida fundamentação teórica feminista desde os anos 1980, apesar disso, a discussão de gênero e feminismo na área ainda é marginalizada (Kyrillos, 2022). A produção e reconhecimento de trabalhos como os de Costa (2024) e Nascimento (2024), citados anteriormente, demonstram o esforço de acadêmicas e acadêmicos para inserir novas perspectivas e, cada vez mais, tornar as RI uma área de confluência de abordagens e objetos de pesquisa, principalmente em relação ao gênero e feminismo — considerando o apagamento histórico das mulheres como criadoras/agentes de conhecimento.

Essas novas abordagens também trazem para as RI uma crítica à leitura racial do campo que, por muito tempo, vêm apagando a contribuição e a importância de pessoas negras, indígenas e outros grupos minoritários para sua formação, criando uma lacuna na disciplina.

O campo de estudo das Relações Internacionais surgiu no início do século XX como consequência das conquistas imperialistas que desencadearam a Primeira Guerra Mundial e conflitos posteriores, de forma a cumprir com uma agenda de interesses da Europa e Estados Unidos (Silva, 2021). A falta de mecanismos analíticos de raça — e também de gênero — no estudo das Relações Internacionais está totalmente ligado ao fato de que esses corpos são considerados subalternizado e, por isso, não são reconhecidos como sujeitos políticos ou epistêmicos na disciplina: “para haver a interlocução, é necessário que os interlocutores se reconheçam. Nas relações de poder hierárquicas, o não reconhecimento do outro é uma forma de manter as hegemonias” (Silva, 2021, p. 38).

Este trabalho surge também do esforço de se utilizar dessas perspectivas críticas, as quais pautam não apenas a questão de gênero e raça, mas trabalham através de uma lente interseccional, pautando questões como colonialidade, raça, classe e territorialidade, desafiando — como as teorias pós-coloniais —, os marcos tradicionais e ampliando as lentes analíticas das Relações Internacionais. De acordo com Kyrillos (2022, p.114), a interseccionalidade como teoria aplicada em RI se mostra relevante para compreender que o campo não é apenas engendrado ou sustentado pelo racismo, mas produto e reprodutor de desigualdades de poder que se desenvolvem a partir da associação do racismo, sexismo, colonialismo e capitalismo, desigualdades essas que são “[...] formadas e transformadas dentro de processos transnacionais carregados de poder, como o imperialismo e o colonialismo europeu, a globalização neoliberal e assim por diante” (Patil, 2013, p. 848 *apud* Kyrillos, 2022, p. 120). Dessa forma, essas lógicas de poder analisadas dentro das nações confirmam a premissa de Enloe (2014) de que o pessoal é internacional ao contribuírem para as dinâmicas das relações internacionais e vice-versa.

3.2 INTERSECCIONALIDADE

Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não a necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por pessoas negras e do Terceiro Mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres (Lorde, 2019, p. 141).

O ensaio “Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença” da filósofa e ativista Audre Lorde, é um dos grandes textos do feminismo negro e interseccional. Nele, a autora explana de que maneira as diferenças de raça, classe, orientação sexual, e outros marcadores, são tratados dentro do movimento feminista, do movimento negro e na sociedade de modo geral. Lorde (2019) critica a forma com que as pessoas oprimidas são vistas na sociedade como aquelas que possuem o papel de educar seus opressores, além de denunciar e criticar a falta de textos escritos por feministas negras sendo trabalhado em salas de aula e a visão unidimensional do movimento feminista por se concentrar apenas nas opressões sofridas pela questão de gênero, ignorando outros marcadores de diferenciação.

Entretanto, quase um século antes essas questões já estavam sendo tratadas por Sojourner Truth, antiabolicionista dos Estados Unidos, realizava seu emblemático discurso na segunda convenção anual do movimento pelos direitos das mulheres, em 1852, questionando

o conceito de mulher, já que a própria, por ser uma mulher negra e pobre, era tratada e vista de forma distinta das mulheres brancas, um exemplo definitivo de que para o movimento feminista na época a identidade de uma mulher estava totalmente relacionada à sua cor e classe social.

[...] Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (hooks, 2019, p. 255).

Através do discurso de Truth — o qual também reflete o processo de desconstrução do termo mulher, uma categoria que não é natural, mas sim algo produzido (Collins, 2019) — que expôs o racismo e o viés de classe dentro do movimento de mulheres, entende-se que a experiência das mulheres negras devem ser compreendidas para além de uma questão de opressão sexista, racista ou classicista, mas sim através de uma amálgama desse e de outros dispositivos de controle que atuam nos corpos femininos negros de forma a marginalizá-los:

Não se trata de resolver o problema de identidades múltiplas para, a partir disso, compreenderem o seu problema, generalizando isso em problemas das minorias. Trata-se de compreender que as identidades são ficcionais e que os dispositivos são dispersos e agem de modo contínuo, operando a captura e o silenciamento dos corpos possíveis. (Formiga, Feldens e Arditti, 2023, p. 10).

Em sua grande obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016), a escritora afro-americana Angela Davis faz uma retomada histórica dos movimentos feministas nos Estados Unidos e a representação das mulheres negras em seu interior. Para a autora, ao buscarem garantir direitos que se equiparassem aos dos homens brancos em uma sociedade racista escravocrata, as mulheres brancas monopolizavam o movimento dito de mulheres, o qual tinha uma base racista e sexista. Ao se verem desamparadas por esses movimentos, mulheres negras no século XIX nos Estados Unidos deram os primeiros passos para a criação de movimentos destinados à seus próprios ensejos e proposições.

Já no século XX, o movimento feminista negro nos Estados Unidos se fortaleceu, a partir da década de 1970, principalmente marcado pela produção literária de acadêmicas ativistas negras como Angela Davis, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, bell hooks, entre outras. No Brasil, por sua vez, a organização do movimento feminista negro nasce da confluência e da dupla militância de ativistas presentes tanto em movimentos feministas,

como em movimentos negros, que lutavam também pelo fim da ditadura militar. Ao se afirmarem como sujeitos políticos independentes que compreendiam as lacunas tanto no movimento negro como no movimento feminista para pautar a realidade das mulheres negras, essas ativistas passaram a se consolidar em um movimento próprio, a partir dos anos 1980 (Rodrigues e Freitas, 2021).

Um dos nomes mais emblemáticos do movimento feminista negro no Brasil é a intelectual e ativista Lélia Gonzalez¹⁵, a qual teve grande atuação nos coletivos de forma prática e intelectual, através da sua obra, boa parte escrita nesse período — trabalho reconhecido também internacionalmente. Para Gonzalez, a teoria feminista era insuficiente para retratar as realidades das mulheres negras, ao se preocupar majoritariamente com a categoria de gênero e deixar em segundo plano a raça (Gonzalez, 2020). Além disso, a autora criticava a hierarquização dos saberes, fruto da classificação racial da população, e defendia que as narrativas dos grupos silenciados deveriam fazer frente ao conhecimento europeu, imposto aos países do Sul Global:

Para ela, essas narrativas são formas de resistência no combate à produção de invisibilidade de diversos atores, em destaque, a mulher negra, invisível dentro do discurso do próprio feminismo, que se consolidava a partir das pautas de mulheres brancas europeias ou norte-americanas operárias ou de classe média-alta. (Formiga, Feldens e Arditti, 2023, p. 9).

A interseccionalidade, nesse sentido, surge como um instrumento metodológico de análise utilizado para compreender as dinâmicas de poder que atravessam marcadores sociais como raça, gênero, classe, sexualidade e territorialidade e sua interação simultânea. Através dela é possível entender como essas perspectivas produzem formas específicas de opressão e privilégio, além de melhor compreender como as dimensões identitárias limitam diversas

¹⁵ Entre 1985 e 1989 circulou o jornal 'Nzinga Informativo', criado pelo coletivo homônimo de mulheres negras e do qual Lélia Gonzalez era membro e coordenadora. O jornal teve apenas cinco edições, mas seu trabalho visava dar espaço, principalmente, para as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho e as diversas opressões sofridas pelas mulheres negras. Em sua primeira edição, o jornal explica a razão de ser do Coletivo Nzinga: "Um COLETIVO, porque acreditamos que as decisões devem ser tomadas em conjunto, devem ser o resultado das discussões, devem refletir a diversidade de opiniões. Um COLETIVO DE MULHERES, porque enquanto mulheres participamos da luta contra todas as violências praticadas contra a MULHER, que vão desde o estupro, o assassinato puro e simples em nome da honra, a demissão do emprego por causa de uma gravidez, o receber menos que o homem, ainda que realize as mesmas tarefas, a ausência de creches onde deixar os filhos para que possa trabalhar; passando pelo desrespeito sutil, disfarçado nas 'Cantadas de rua', nas palavras obscenas ditas baixinho, até a discriminação a nível jurídico, que penaliza o aborto e discrimina a mãe solteira; responsabiliza a mulher pelo bom ou mau desempenho de seus filhos e sobretudo, não permite dispor de nosso corpo segundo nossos desejos. É isto que entendemos por discriminação sexual. Um COLETIVO DE MULHERES NEGRAS, porque aí se encontra a nossa especificidade, a nossa diferença. Por sermos MULHERES, pensamos, agimos, sentimos diferentes dos homens. Sendo NEGRAS, herdeiras em maior ou menor grau da cultura africana, temos um modo de sentir, agir e pensar diferente das mulheres não negras. Além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira." (Rodrigues e Freitas, 2021, p. 8-9).

singularidades, resultando na exclusão e preconceitos (Formiga, Feldens e Arditti, 2023)¹⁶. A lente interseccional aparece como forma de afastar visões generalistas acerca das vivências, nesse caso das mulheres e evidenciar os modos com os quais diferentes corpos experienciam opressões de variadas formas — sendo as mulheres negras, grupo historicamente oprimido, as mais afetadas pelas diversas opressões da sociedade.

Inicialmente chamado de campo de estudos de raça/classe/gênero, a interseccionalidade foi pautada em reivindicações de mulheres negras, indígenas e *chicanas* a partir da década de 1960 e 1970 que defendiam que opressões capitalistas não deveriam ser apartadas de outros marcadores de desigualdade como raça, gênero sexualidade e etnia. Além disso, através de um olhar interseccional, as mulheres não deveriam ser vistas apenas como um grupo homogêneo vítima, exclusivamente, da opressão patriarcal ou da violência perpetrada pelo Estado, mas sim através de uma interseção desses eixos, que não se excluem (Collins, 2017; Nascimento, 2024).

Segundo Patricia Hill Collins (2017), a atuação de feministas negras no século XX é invisibilizada em narrativas referentes à interseccionalidade hoje. Essas mulheres lutavam pelo avanço de agendas que levassem em consideração diversas esferas do modo de existir dessas mulheres em um período que apenas raça e classe eram tidos como formas de opressão. Para a autora, a interseccionalidade como elemento que compreende as opressões vividas pelas mulheres, apesar de ser um fator fundamental do feminismo negro, não é uma descoberta exclusiva desse movimento — mulheres latinas, mexicanas, indígenas e asiáticas lutavam lado a lado com mulheres negras nos Estados Unidos para a reivindicação das relações de raça, classe, gênero e sexualidade, elementos centrais de sua opressão.

Embora as reivindicações dos movimentos sociais acerca das opressões raça/classe/gênero tivessem começado décadas antes, foi apenas a partir da década de 1990 que o termo interseccionalidade emergiu da relação entre os movimentos sociais e a academia (Collins, 2017). A intelectual e ativista feminista Kimberlé Crenshaw¹⁷ é reconhecida como a

¹⁶ Como exemplificam Formiga, Feldens e Arditti (2023, p. 9): “A compreensão metodológica interseccional reconhece ainda, por exemplo, o racismo perpetrado pelo feminismo branco quanto aos homens negros, quando desconsideram a história de opressão desses sujeitos e, por vezes, os classificam sempre como ameaçadores, agressores em potencial, desconsiderando os privilégios do homem branco e a história de exploração do povo negro, que foi escravizado e espalhado por diversos continentes em diáspora.”

¹⁷ O termo interseccionalidade já havia sido utilizado anteriormente por Crenshaw na publicação *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, publicada em 1989, mas ganhou ampla notoriedade a partir do artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado no início da década de 1991. A popularização intelectual e acadêmica do conceito se deu em 2001, no contexto da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerâncias, na África do Sul (Collins, 2017; Nascimento 2024, p.100-101)

responsável pela conceituação do termo, em um artigo publicado em 1991, tido como o marco inaugural da teoria interseccional, ou interseccionalidade (Nascimento, 2024). Em seu artigo, Crenshaw explicita que as desigualdades de raça e gênero não são eixos-únicos que ocorrem apartados ou que se excluem, mas interagem entre si e geram consequências próprias para os grupos afetados, consequências estas que negligenciadas pelo poder público (Kyrillos, 2022; Nascimento, 2024).

A premissa de que categorias como raça e classe agiam de maneira isolada foi o que respaldou as práticas de apagamento de mulheres negras de grupos que lutavam contra o racismo e contra a opressão de gênero. Essa exclusão das mulheres negras dos movimentos sociais feminista e antirracista é explicada por hooks (2019) ao jogar luz sobre o racismo dentro do movimento feminista e o sexismo dentro dos movimentos negros. No primeiro, a falta de identificação de mulheres racializadas é consequência do viés racista e classista deste ao ignorar as reivindicações de mulheres negras, latinas, indígenas e asiáticas, pautando apenas questões que atingiam exclusivamente às mulheres brancas de classe média (Collins, 2019, p. 36).

[...] o imperialismo racial branco tem apoiado o costume de acadêmicos de usar a palavra ‘mulheres’, mesmo quando se referem somente à experiência de mulheres brancas. [...] as feministas brancas conseguiram se sentir bastante confortáveis escrevendo livros ou artigos sobre a ‘questão da mulher’ nos quais criavam analogias entre ‘mulheres’ e ‘negros’. [...] Ao continuamente fazer essa analogia, elas involuntariamente sugerem que para elas a palavra ‘mulher’ é sinônimo de ‘mulheres brancas’ e a palavra ‘negro’ é sinônimo de ‘homens negros’. O que isso indica é que há na linguagem do próprio movimento, que supostamente é preocupado em eliminar a opressão sexista, um comportamento sexista e racista em relação às mulheres negras (hooks, 2019, p. 28-29).

Da mesma forma, Lorde (2019) afirma:

Quando as mulheres brancas ignoram os privilégios inerentes à sua branquitude e definem *mulher* apenas de acordo com suas experiências, as mulheres de cor se tornam “outras”, *outsiders* cujas experiência e tradição são alheias demais para serem compreendidas (Lorde, 2019, p.145).

Já em relação ao sexismo dentro dos movimentos negros, ao retomar historicamente as primeiras movimentações em direção aos movimentos feministas nos Estados Unidos, hooks (2019) afirma que essas organizações ignoravam que homens negros também poderiam ser opressores com mulheres negras; eles próprios sendo vítimas de opressão racista não evitava que também oprimissem as mulheres através de outros mecanismos. Para a autora “líderes negros [...] têm relutado em reconhecer a opressão sexista de homens negros sobre mulheres

negras, porque eles não querem reconhecer que o racismo não é a única força opressora em nossa vida” (hooks, 2019, p. 145)¹⁸.

Dessa maneira, os movimentos feministas negros com viés interseccional surgem como forma de potencializar as vozes dessas mulheres marginalizadas tanto dentro do movimento feminista branco como no movimento negro. Um dos argumentos centrais de Crenshaw ao formular o conceito de interseccionalidade é que as necessidades de mulheres racializadas não podem ser atendidas se forem pensadas a partir de um viés mono-categórico e branco (Collins, 2017). Ao analisar o pensamento de Crenshaw, Collins (2017, p.11) compreende que essas opressões interseccionais formam sistemas de poder no tecido social, resultando no enfraquecimento das identidades de mulheres negras e produzindo lugares sociais distintos, resultando em seu apagamento dentro da sociedade.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 19).

Retornando à definição proposta por Crenshaw, Collins (2017) acredita que — apesar de válida no que se propõe e ao traduzir as lutas e reivindicações por justiça social que os movimentos negros e outros projetos vinham fazendo desde décadas anteriores — ao ser incorporada pela academia, a interseccionalidade foi afastada de sua base fundamental, os movimentos sociais nos quais a relação entre raça/classe/gênero era tida como objeto de pesquisa prática e práxis. A partir da insatisfação com esse afastamento de seu núcleo estruturante — os movimentos por justiça social — Collins (2022) propõe a compreensão da interseccionalidade como uma teoria social crítica, retomando suas origens no berço dos movimentos sociais, e sendo um ponto de encontro entre a análise crítica e ação social¹⁹. A distinção entre uma teoria social e uma teoria social crítica se dá no fato de que a primeira justifica ou contesta a ordem social vigente, enquanto a segunda explica, critica as desigualdades criadas pela ordem social e busca formas de reverter esse sistema, ou seja

¹⁸ “Racismo sempre foi uma força que separa homens negros de homens brancos, e sexismo tem sido uma força que une os dois grupos” (hooks, 2019, p. 163).

¹⁹ “Se quem a pratica não adotar suas possibilidades teóricas críticas, a interseccionalidade pode se converter, como disse uma amiga, simplesmente em outra forma de ‘bobagem acadêmica’ que reúne um arsenal de projetos cujo potencial progressista e radical perdeu a força. Ela poderia se tornar apenas mais uma ideia que surgiu e se foi.” (Collins, 2019, p.18)

“teorias sociais críticas visam reformar o que está posto com a esperança de transformá-lo em algo diferente” (Collins, 2019, p. 21).

“[...] a interseccionalidade precisa encontrar maneiras de considerar perspectivas amiúde conflitantes sobre o que ela é, o que deveria estar fazendo e por que deveria estar fazendo. O fato de haver tantas pessoas professando a interseccionalidade e usando-a de maneiras tão díspares gera dilemas para sua definição. Não examinar as dimensões teóricas da interseccionalidade apenas aumenta esses dilemas. Sem investigar como suas análises críticas e ações sociais se inter-relacionam, a interseccionalidade pode ficar presa em sua própria encruzilhada, ser arrastada em várias direções e se afogar em ideias. Sem uma autorreflexão fundamentada, a interseccionalidade será incapaz de ajudar alguém a lidar com a mudança social, incluindo mudanças em sua própria práxis” (Collins, 2019, p.20).

No entanto, é inegável que, ao ser difundido dentro da academia, o pensamento interseccional passou a contribuir cada vez mais com diversos campos de estudos e no embasamento de movimentos de justiça social (Kyrillos, 2022). As teorias pós-coloniais, por exemplo, se debruçam na estrutura do pensamento interseccional para refletir acerca dos legados coloniais e pós-coloniais das sociedades. Através dessa articulação, não apenas as mulheres negras, mas diversos grupos marginalizados como indígenas, latinos e pessoas negras no geral passam a ter maior visibilidade dentro de diferentes campos de estudos (Collins, 2017; Nascimento, 2024). Destaca-se, portanto, que a visão analítica interseccional não é recente, mas sim um legado teórico e práticos das mulheres negras e outros grupos subalternizados de mulheres que entenderam que as opressões que regulavam suas vidas eram pautadas na intersecção de diversos mecanismos de controle para além dos eixos raça/gênero.

3.3 FEMINISMO PÓS-COLONIAL

Os estudos pós-coloniais surgem, inicialmente, a partir da década de 1980, como uma tradição intelectual baseada, sobretudo, na pluralidade do pensamento que compreende que a relação entre saber e poder constituiu a dominação geopolítica colonial, a qual segue influenciando o modo de pensar das ex-colônias mesmo após suas independências (Nogueira, 2021; Toledo, 2021; Maldonado-Torres, 2018). Considerados marginais dentro do campo das Relações Internacionais (RI), os estudos pós-coloniais são ferramentas analíticas críticas voltadas a entender como as imposições do sistema colonial ao redor do mundo moldaram uma forma de saber ocidental em detrimento das culturas, valores e conhecimentos de comunidades não ocidentais.

Sendo ferramentas analíticas que não se restringem a um campo de estudo, não podem ser definidas em “termos de paradigmas ou de um corpo de conceitos e métodos” destinados a

entender as especificidades das sociedades modernas, mas sim como uma literatura mais ampla e original, a qual compreende que a relação entre saber e poder constituiu a geopolítica colonial (Nogueira, 2021, p. 3).

O pós-colonialismo como forma de pensar e dar sentido a realidades invisibilizadas objetiva questionar o “colonialismo acadêmico” e o “imperialismo intelectual” (Ballestrin, 2017, p. 1036) do chamado Norte Global, rejeitando o conhecimento por eles proposto como únicas produções teóricas válidas. Não se trata de mais uma abordagem que mimetiza o que é posto como tradicional, mas sim de um lugar que promove “novas formas de emancipação da crítica cultural, intelectual e política” (Mingnolo, 2000, p. 5).

As preocupações centrais desses estudos se referem a identidade e a subjetividade, o que muitas vezes está ligado à própria vivência de seus pensadores como sujeitos diaspóricos de territórios colonizados (Ballestrin, 2021). Essas características se fazem muito presentes nos trabalhos dos mais celebrados autores dessa vertente, como o *Orientalismo*, de Edward Said, *Pode o Subalterno Falar?*, de Gayatri Spivak; *Da Diáspora*, de Stuart Hall; *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy e outros tantos trabalhos que continuam a ser referências nos estudos pós-coloniais e decoloniais.

Particularmente, o trabalho de Edward Said se destaca não apenas pela publicação de *Orientalismo* (1978) — considerado por Stuart Hall como o marco inicial do pensamento pós-colonial —, mas também pela publicação da obra *Cultura e Imperialismo*, em 1991. Neste livro, Said desvela como as formas culturais estão dialeticamente relacionadas aos fatos da dominação imperial. Por meio da análise de obras de autores consagrados no cânone ocidental — como Jane Austen, Joseph Conrad e Albert Camus —, o autor palestino expõe a interrelação entre Imperialismo e Cultura, enxergando-as em *contraponto*.

As teorias pós-coloniais fazem parte do esforço intelectual dos pensadores críticos ditos de “terceiro mundo” para criar novas ferramentas de análise, assim como a inserção de novos temas antes não explorados no campo (Minvielle, 2019), baseados em suas vivências e culturas, estas que são diferentes e mais amplas do que o que as teorias tradicionais podem explicar. Para Toledo (2021), a maneira como um conteúdo é estudado/analísado, quais os instrumentos teóricos são mobilizados para compreendê-lo, quem os produziu, quando e por quê, são questões tão, ou até mais, importantes a saber do que compreender o próprio conteúdo.

No campo tradicional das RI, são privilegiadas o que Toledo (2021) chama de “experiências de povos ‘superiores’”, tidas como válidas em detrimento de outras visões de mundo, naturalizando a hierarquia racial e cultural, legado da colonialidade. Esse apagamento

de vivências através da omissão de narrativas atinge não apenas os corpos negros, mas também indígenas, mulheres e outros grupos minoritários que são silenciados e, conseqüentemente, desempoderados, para evitar o confronto com as verdades daqueles que lhes dominaram²⁰ (Silva, 2021). A partir disso, a abordagem pós-colonial busca compreender os impactos que o colonialismo, imperialismo e orientalismo tiveram na construção do sistema internacional e de que forma o desequilíbrio entre o saber e o poder foram responsáveis pela marginalização dos países colonizados nas mais diversas esferas, inclusive intelectual (Minvielle, 2019).

Nas teorias pós-coloniais, o feminismo encontrou uma nova forma de ser, teorizar e se auto-criticar. Para Ballestrin (2017, p. 1035-1037), tanto as teorias feministas como as pós-coloniais têm características e preocupações com os movimentos que as estruturaram, o que faz com que sigam o caminho de questionar as ideias dominantes de história e representação, através dos campos de conhecimento e da literatura — o encontro entre o feminismo e as teorias pós-coloniais é tido pela autora como a “geopolitização do debate feminista”, tendo em vista as críticas de feministas do “terceiro mundo” ao feminismo propagado no Norte Global.

A antropóloga dominicana Ochy Curiel compreende que o feminismo pós-colonial possui várias definições, podendo ser um pensamento que propõe outras narrativas e práticas políticas que confrontam o feminismo hegemônico de base branca, patriarcal e burguesa; um movimento apoiado pelas mulheres do chamado terceiro mundo; um conceito que tem como base a compreensão das interseccionalidades das opressões; e, finalmente, uma representação dentro da terceira onda do feminismo. Para a autora, todas essas definições podem ser válidas ao mesmo tempo, ou mesmo nenhuma delas (Curiel, 2015, p. 47- 48).

Para as teorias pós-coloniais, a violência introduzida nos corpos femininos é compreendida a partir do encontro dos colonizadores com as mulheres colonizadas e da violência colonial. É compreendido que os corpos femininos são duas vezes subalternizados: primeiro pelos colonizadores e depois pela violência patriarcal. Como exposto antes neste trabalho, a autora Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), compreende que tanto a violência colonial como a violência patriarcal partem de um mesmo sistema colonial, dessa maneira, as duas formas de opressão não podem ser compreendidas como dupla colonização.

²⁰ “Silêncio também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o status quo e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram conivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos” (Silva, 2021, p. 39).

O feminismo pós-colonial tem como objetivo entender as interseções entre as categorias gênero, raça e classe através da lente interseccional, de forma a explicar as experiências de marginalização das mulheres do Sul Global (Minvielle, 2019), dando luz à “experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro da modernidade Ocidental” (Adelman, 2007, p. 394 *apud* Almeida, 2013, p. 690). Seu surgimento, na década de 1980, marca também a ocorrência da segunda onda feminista — voltada principalmente aos direitos reprodutivos, sexuais, sociais e de trabalho — enquanto, em outras partes do mundo como África e América Latina, as mulheres organizadas em movimentos lutavam pelo fim de ditaduras militares, fim do julgo colonial e independência de seus países.

Essa discrepância entre os temas reivindicados dentro do movimento, somado à internacionalização deste, gerou um antagonismo em seu interior já a partir dos anos 1970. O feminismo de base reformista, caracterizado por ser ocidental, branco, heteronormativo e de classe média, passou a ser acusado de universalismo, etnocentrismo e anglo-eurocentrismo por negligenciar questões vivenciadas por mulheres não brancas, de diferentes etnias e nacionalidades (Ballestrin, 2017). Ao ser acusado de etnocentrismo e anglo-eurocentrismo, o feminismo ocidental foi responsabilizado pela representação de mulheres do dito “terceiro mundo” em seus textos como pobres, ignorantes, ligadas à tradição e à família, submissas à religião e vítimas do patriarcado e do colonialismo, ou seja, passivas em relação às opressões sofridas; em oposição às mulheres modernas e emancipadas que eram parte do movimento feminista branco (Mohanty, 2008). Para Costa (2024, p. 35-36), “o papel de subalternização atribuído a determinados grupos, fundamentado em marcadores de discriminação, tem o poder de os relegar à condição de objeto de estudo e tirar-lhes a legitimidade enquanto produtores de conhecimento”. Essa objetificação entre sujeito e objeto é a base da epistemologia ocidental hegemônica que tem como finalidade a exploração de corpos, e da natureza, para promover o acúmulo de capital (Carvalho, 2023).

Para as mulheres que faziam parte dele, a questão central do feminismo ocidental era a igualdade social, econômica e política das mulheres em relação aos homens — brancos e de classe média —, sem questionar as estruturas nas quais os privilégios desses homens estavam sendo assegurados. Dessa forma, tem-se o início de uma bipolaridade dentro do movimento feminista, fazendo fortalecer o feminismo pós-colonial, ou “terceiro-mundista”, que tem como marco de inauguração o questionamento do “caráter ‘colonial’ do discurso feminista ocidental ao criar representações estereotipadas da ‘mulher do terceiro mundo’ muito distantes das ideias de agência, liberação, emancipação e autonomia.” (Ballestrin, 2017, p. 1040).

O feminismo pós-colonial é uma das ferramentas de análise compreendida dentro dos feminismos subalternos, o que representa um “amplo espectro de caracterizações [que] está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais” (Ballestrin, 2017, p. 1040). O termo “subalterno” é proposto por Gayatri Spivak, tendo uma dupla construção de sentido: denunciar a omissão do feminismo branco ocidental e elitista acerca das questões de mulheres racializadas ao mesmo tempo em que cria um antagonismo através dos marcadores de raça, classe, gênero, etnia, nacionalidade etc. (Ballestrin, 2017). Nas teorias pós-coloniais, as contribuições do pensamento feministas se mostraram de grande relevância para questionar, revisar e complementar seus próprios estudos, tendo em vista que as teorias pós-coloniais não tinham como foco a análise de gênero, ao mesmo tempo em que estas complementam o feminismo em relação às questões do colonialismo e à divisão internacional do trabalho (Bahri, 2013, p. 660).

O trabalho das autoras Gayatri Spivak e María Lugones acerca da subalternidade das mulheres colonizadas são seminais dentro da compreensão dos feminismo pós-colonial. A partir de uma análise da perspectiva de dominação colonial nos corpos femininos, as autoras compreendem que essas opressões não devem ser entendidas de maneira isolada como resultado da inferiorização com base na raça, como sim de maneira interseccional, compreendendo outras formas de opressão direcionadas exclusivamente ao corpo feminino. A imagem da mulher colonizada é descrita como diferente da imagem do homem colonizado: ainda que os dois passem por processos de violências, a mulher colonizada está mais enraizada nas opressões, uma vez que, além de serem sujeitas ao jugo colonial, as são também oprimidas pelo sistema patriarcal (Neves e Almeida, 2012). Dessa forma, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 67).

Para Lugones (2002) a teoria da colonialidade do poder de Quijano — que se refere a um padrão de dominação sistemático dos corpos colonizados que tornou a subjugação de pessoas e a ideia de superioridade europeia noções naturais, estas que foram propagadas pelas colônias europeias — deixa uma lacuna no entendimento sobre a intersecção entre as diversas formas de opressão sofridas pelos povos colonizados, especificamente pelas mulheres colonizadas; assim como é pautada em uma visão biológica da sexualidade. Dessa forma, a autora cria o conceito de colonialidade de gênero, em que busca identificar como as múltiplas opressões (raça, classe e gênero) trabalham juntas para manter o apagamento de mulheres racializadas dentro de um padrão moral, social e étnico-racial construído pelo sistema colonial (Carvalho, 2023). Em sua análise, e conversando também com o exposto por hooks (2019), a

autora afirma que as categorias entendidas como homogêneas — mulher, homem e negro — selecionam, dentro do próprio grupo, um tipo dominante como norma: “dessa maneira, ‘mulher’ seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas hererossexuais, ‘homem’ seleciona os machos burgueses brancos heretossexuais, ‘negro’ seleciona os machos heterossexuais negros [...]”, marginalizando a categoria de mulheres negras que ocupa a interseção entre ‘mulheres’ e ‘negros’ (Lugones, 2020, p.60).

No contexto das obras pós-coloniais, a crítica feminista surge de forma a ampliar a compreensão do sujeito colonizado heterogêneo e as diferentes manifestações dessas opressões nos corpos colonizados. Para hooks (2020, p. 79), “o feminismo não pode ser apropriado pelo capitalismo transnacional como mais um produto luxuoso do ocidente que mulheres em outras culturas devem lutar para ter o direito de consumir”. A partir disso, um feminismo plural, que abarque diversas formas de viver e do saber feminino, se atentando à questão da colonialidade, faz-se necessário para a compreensão das vivências femininas ao redor do mundo (Santos, 2023, p. 28).

Em vista disso, o pensamento pós-colonial feminista não se limita à academia. A literatura, e nesse contexto, a literatura de autoria feminina, se mostra extremamente engajada em questões coloniais, suas heranças nas sociedades colonizadas e, principalmente, o resultado dessas opressões nos corpos femininos, o que até hoje moldam as opressões sofridas pelas mulheres. Tratando-se de literatura pós-colonial africana de autoria feminina, Santos (2023, p. 28) afirma que esta “está engajada em uma ordem social que reivindica valores feministas de emancipação e participação ativa da mulher na sociedade, na cultura, na escrita, na crítica à sociedade patriarcal”.

Em um contexto de escrita pós-colonial, as mulheres africanas passaram a ter destaque através da apropriação de suas próprias histórias, colocando a si e suas iguais como protagonistas e não sendo apenas pano de fundo ou coadjuvantes de histórias masculinas. Apesar disso, seu papel como contadoras de histórias orais era bastante reconhecido em comunidades africanas, já que tinham o papel de produtoras de conhecimento, além de preservar e transmitir a literatura oral para a comunidade. Esse contraste, do apagamento das mulheres africanas do cânone literário e seu papel essencial dentro das comunidades como contadoras de histórias é explicado por Nnaemeka (1994 *apud* Santos, 2023) como resultante da mudança da literatura oral para a literatura escrita. Como citado no capítulo anterior em relação à situação de mulheres nigerianas no período colonial, o acesso à educação durante muitos anos foi restrito apenas aos homens, além do domínio de línguas europeias, o que, juntamente com o sexismo, se tornou um obstáculo para as mulheres escritoras.

Apesar do cânone literário ocidental ainda possuir espaço muito relevante e autoridade em muitos campos do conhecimento, a literatura pós-colonial, mesmo marginalizada, vem, cada vez mais, ganhando força na academia e fora dela. Hoje, mulheres africanas escritoras já são mais lidas e reconhecidas internacionalmente, como a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que se tornou um fenômeno global, e a escritora moçambicana Paulina Chiziane. Apesar disso, ainda há um longo caminho de reconhecimento dessas mulheres, de suas vivências e de suas obras como documentos das relações de poder nas sociedades e entre os países (Santos, 2023).

Minha grande mãe em Ibuza não precisava usar uma máquina de escrever porque suas histórias eram apenas para a gente, as crianças da sua aldeia. E esse é um dos maiores equívocos em relação à Mãe África: como ela não escreveu suas histórias e suas experiências, as pessoas do Ocidente têm a coragem de dizer que ela não possui história nenhuma. Não posso cair nessa mesma armadilha. Não posso me autorizar a isso. (Emecheta, 2024, p. 80).

4 DIÁSPORA E VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA NARRATIVA DE BUCHI EMECHETA

As reflexões desenvolvidas nos primeiros capítulos deste trabalho acerca do colonialismo na Nigéria, sua consequente parcela de responsabilidade nos processos de diáspora para o Reino Unido e as contribuições da lente interseccional nas teorias feministas pós-coloniais formaram uma base para a compreensão do objetos de análise deste trabalho: as obras *Cidadã de Segunda Classe* (2024) e *No Fundo do Poço* (2019), da escritora nigeriana radicada na Inglaterra, Buchi Emecheta. As narrativas, a partir daqui analisadas, são relatos e fontes importantes para a compreensão da resistência, das violências e das relações de poder que atravessam gênero, raça e classe em um contexto pós-colonial e diaspórico. Além disso, as obras denunciam as estruturas patriarcais tradicionais, principalmente do povo igbo, o qual pertence a personagem principal, Adah Obi, assim como a própria Emecheta, revelando não apenas as violências que são frutos dessas estruturas, mas também estratégias de subverter um papel e um destino imposto por terceiros ao corpo da mulher, através do questionamento da realidade e da afirmação de sua autonomia, principalmente por meio da escrita.

A escritora Florence Onyebuchi Emecheta, mais conhecida como Buchi Emecheta (1944-2017) nasceu em Lagos, mas passou boa parte da infância em Ibuza, cidade dos seus pais, onde aprendeu com uma tia a paixão por contar histórias. Com muita insistência e em um momento em que os esforços das famílias da comunidade estavam voltados para a educação dos filhos homens, Emecheta convenceu os pais a frequentar a escola, chegando a ganhar uma bolsa de estudos em uma instituição de elite em Lagos. Apesar do sucesso nos estudos, a vida da autora foi marcada pelas tragédias desde cedo, com a morte do pai e, anos mais tarde, da mãe, Emecheta se viu como um fardo, se mudando continuamente para morar com vários parentes distantes. Aos 16 anos, após o fim da escola secundária, a autora se casou com o estudante Sylvester Onwordi, com quem teve seus cinco filhos. Nos primeiros anos de casamento e já com dois filhos a família se mudou para Londres, no início dos anos 1960, realizando um sonho antigo da autora, onde a vida se tornou mais difícil.

Ainda na metade dos vinte anos, com muitos filhos e um marido cada vez mais abusivo e violento, Emecheta, após várias agressões, pediu o divórcio com o objetivo de dar um lar melhor à família, mesmo que sozinha. Com obstinação, a autora passou a trabalhar na Biblioteca de Londres enquanto cursava Sociologia e escrevia seus romances. Seu primeiro livro, *No Fundo do Poço*, foi publicado em 1972 e, dois anos depois, em 1974, a autora publicou *Cidadã de Segunda Classe*, ambas obras ficcionais com caráter autobiográfico —

muito bem recebidos pelos leitores na Inglaterra. A obra de Buchi Emecheta é vasta, contando com quinze romances, uma autobiografia, peças de teatro e livros infantis. Apesar disso, apenas a partir de 2018 seus livros passaram a ser publicados no Brasil, pela editora Dublinense que até 2024 tinha publicado cinco títulos da autora: *As Alegrias da Maternidade* (2018), *Cidadã de Segunda Classe* (2018), *No Fundo do Poço* (2019), *Preço de Noiva* (2020) e sua autobiografia, *Cabeça Fora d'Água* (2024).

4.1 ESCRITA DE SI E RESISTÊNCIA

A escrita para Buchi Emecheta, assim como para outras autoras negras do período pós-colonial, aparece como um “território de desconstrução dos silenciamentos históricos e criação de experiências sociais” (Nunes, 2020, p. 5). Além de ser uma das poucas autoras africanas da diáspora a retratar sobre esse processo, inclusive entre os homens, a obra de Emecheta traz consigo um viés político associado à luta de mulheres africanas por seu reconhecimento e direitos dentro de sociedades patriarcais e tradicionais, a celebração das mulheres negras, um feminismo autoconsciente e sua liberdade, focando também nas diferenças culturais entre a Nigéria e a Inglaterra.

Segundo Fonseca (2025, p. 34), Emecheta faz parte do que é reconhecido como a segunda geração de escritores nigerianos, que passou a se destacar entre os anos 1970 e 1980. Diferente da primeira geração, datada da década de 1960 — a qual se insere o escritor Chinua Achebe —, que tratava, principalmente, dos impactos coloniais e o fracasso da política doméstica em um contexto pós-independência, a segunda geração se destacou pelos elementos narrativos que questionavam as opressões patriarcais em “narrativas contemporâneas e diaspóricas”. Nesse período, as questões de gênero dentro das comunidades nigerianas e na diáspora, passaram a ser temas mais debatidos pelas autoras que vivenciaram essas situações em suas obras. Ainda para Fonseca (2025, p. 34):

No que se refere à Literatura como estratégia política, a obra de Buchi é capaz de refletir os efeitos físicos e sociais dos deslocamentos da época a partir da sua escrita, um dispositivo capaz de retratar a pressuposta subalternização a que estava exposta a mulher nigeriana nos países oriundos da colonização.

Para Nunes (2020), a escrita é compreendida como um lugar que marca as identidades e as intersecções de raça e gênero. O autor acredita que as vivências das mulheres negras — como corpo e subjetividade — devem ser inseridas como “lugar de produção de linguagem” (Nunes, 2020, p. 7), em que essas vozes possam representar a si mesmas, através de suas

próprias experiências e não por meio das experiências de outrém — seja de mulheres brancas ou homens negros. Essa exclusão tem sua origem no afastamento de mulheres racializadas de posições de autoridade, o que resultou para elas, em uma busca de formas alternativas de validação do conhecimento, este que é rejeitado, principalmente dentro da academia (Collins, 2018, p. 157). Audre Lorde (2019), ao criticar a falta de autoras femininas negras como objetos de estudos acadêmicos, afirma que estudar essa literatura exige que as mulheres negras sejam retiradas de um papel estereotipado e passem a ser vistas como mulheres completas, que possuem suas próprias vivências e complexidades: “Permitir que mulheres de cor abandonem os estereótipos provoca muita culpa, pois ameaça a complacência daquelas mulheres que vêem a opressão como uma questão de sexo apenas” (Lorde, 2019, p. 146).

A condição de sub-representação descrita é o cerne da obra *Pode o Subalterno Falar?* (1988), de Gayatri Spivak, em que a autora compreende que há formas de opressão direcionadas exclusivamente ao corpo feminino, sendo elas oprimidas duplamente: pelo sistema colonial e pelo patriarcado. Dessa forma, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 67). É através da escrita também que as identidades dos subalternizados são aprofundadas, visto que, durante muito tempo, em um ponto de vista unidimensional — branco e ocidental — sociedades inteiras foram amalgamadas em conjuntos únicos, sem individualidade. Memmi (2016) ao se debruçar sobre a negação da individualidade dos colonizados reconhece que estes passam a formar um coletivo despersonalizado, tidos como objetos dos desejos materiais do colonizador, não possuindo voz ativa e tendo suas identidades moldadas a partir dos interesses das aspirações brancas.

Através da literatura pós-colonial essas vozes passam a representar a si e a seus pares, encontrando, nesse terreno, uma maneira de expressar sua multiculturalidade além de utilizá-la como um “veículo para suas perspectivas e experiências de pertencimento relativas ao país de origem [...] e ao país que habitam” (Lemos, 2021, p. 138). Apesar disso, para Emecheta, sua escrita era simples nesse sentido, descrevendo apenas o que ela chama de “pequenos acontecimentos”:

O escritor também tem um controle crucial sobre o assunto sobre o qual escreve. Quanto a mim, não lido com grandes questões ideológicas. Escrevo sobre os pequenos acontecimentos da vida cotidiana. Sendo mulher e nascida na África, vejo as coisas com os olhos de uma mulher africana. Registro os pequenos acontecimentos na vida das mulheres africanas que conheço. Eu não sabia que, ao

fazer isso, seria chamada de feminista. Mas se agora sou feminista, então sou uma feminista africana com "f" minúsculo (Emecheta, 1986, p. 175).²¹

Nesse sentido, o conhecimento pós-colonial subverte o que Collins (2018, p. 152) chama de “estrutura de validação do conhecimento ocidental”, que coloca apenas os interesses de homens brancos de elite no centro de um conhecimento tido como tradicional e que relega à margem outras formas de saber. As mulheres negras, principalmente, têm sido as principais afetadas por essa exclusão, ao terem seus saberes restringidos dentro de ambientes controlados por homens brancos, no entanto encontraram outras formas de utilizarem suas vozes, como a música e a literatura: “[...] os grupos subordinados há tempos tiveram que recorrer a formas alternativas para criar autodefinições e para estabelecer seus valores independentes, rearticulando-os por meio de nossos próprios especialistas” (Collins, 2018, p. 153).

Nesse contexto, a literatura pós-colonial feminina surge como forma de dialogar e entrar com o pensamento crítico acerca das opressões sofridas pelas mulheres dentro do sistema colonial e suas consequências para os países que outrora foram colonizados. Autoras como as já citadas Gayatri Spivak, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, entre outras, são essenciais para os aportes teóricos que buscam compreender como entrecruzamento de opressões na vida de mulheres subalternizadas.

É a partir da análise da perspectiva de dominação de corpos colonizados que autoras como Gayatri Spivak (2010) e Maria Lugones (2020) compreendem que as opressões voltadas às mulheres subalternizadas devem ser entendidas não de forma isolada, como resultado de uma inferiorização de raça, mas sim de um modo interseccional, compreendendo outras formas de opressão direcionadas exclusivamente ao corpo feminino. Em função disso, ainda que a imagem do colonizado seja dor e violência, a imagem da mulher colonizada está mais enraizada nas opressões, uma vez que, além de serem sujeitas ao jugo colonial, as mulheres nessa posição também são oprimidas pelo sistema patriarcal (Neves e Almeida, 2012), temas retratados nas obras de Buchi Emecheta. Assim, através do conceito de “colonialidade de

²¹ No original: “*The writer also has a crucial control over the subject s/he writes about. For myself, I don’t deal with great ideological issues. I write about the little happenings of everyday life. Being a woman, and African born, I see things through an African woman’s eyes. I chronicle the little happenings in the lives of the African women I know. I did not know that by doing so I was going to be called a feminist. But if I am now a feminist then I am an African feminist with a small f*” (Emecheta, 1986, p. 175).

gênero”²², derivação direta que critica o conceito de “colonialidade do poder”²³, de Quijano, a autora Maria Lugones (2020) afirma que a separação entre raça, classe e gênero mantém o apagamento de mulheres racializadas dentro de um padrão moral, social e étnico-racial construído pelo sistema colonial.

A literatura pós-colonial feminina, ao ampliar as vozes de mulheres que foram silenciadas pelo colonialismo e pelo patriarcado, encontra na diáspora um dos seus eixos narrativos mais relevantes. O deslocamento aparece não como uma ruptura cultural com seu lugar de origem e a internalização de uma cultura nova, mas sim como um espaço de reinvenção identitária que tem como base a junção de ambas culturas, além das relações de poder dentro de cada uma delas. Stuart Hall (2013) entende a diáspora como um lugar em que as identidades do imigrante se tornam múltiplas, levando consigo tradições de casa e adquirindo novos modos de ser/viver. Apesar de não negar nenhuma das culturas, esse imbricamento entre elas não coloca fim às opressões, como o racismo, nem às estruturas de poder que marginalizam os imigrantes (Nunes, 2020, p. 8), mantendo a binariedade entre o “Eu” e o “Outro” subalternizado. Nessa perspectiva, as narrativas femininas em contexto da diáspora reafirmam laços com a comunidade de origem, mas também denunciam suas opressões e desigualdades, assim como denunciam as opressões do país receptor. O deslocamento aparece então como uma “pré -condição à fala, à escrita e à autonomia feminina diante das opressões” (Fonseca, 2025, p. 39), a saída do lugar de origem não traz consigo apenas uma mudança em termos materiais, mas também proporciona uma ressignificação e criticidade acerca daquelas vivências.

É através de sua obra que Buchi Emecheta demarca seu lugar dentro de um território diaspórico, como uma mulher negra africana, representando isso também na vida de Adah. A autora mobiliza a literatura como estratégia política de dar voz às mulheres em situações de subalternidade em países que passaram pelo processo de colonização (Fonseca, 2025). Carregando consigo, desde a infância, o sonho de estudar para ser escritora e sair do papel de subalternidade em que vivia, a vida de Emecheta — assim como a de Adah — é moldada na busca pela educação como forma de ascensão social. De acordo com Spivak, o acesso aos meios educacionais configura como uma ferramenta que pode ser utilizada pelos sujeitos

²² Para Lugones, a teoria de ‘colonialidade do poder’ de Quijano possui um olhar patriarcal e heterossexual. O autor aceita o entendimento do que é o gênero a partir de uma perspectiva eurocêntrica, desconsiderando a interseccionalidade entre raça, gênero e classe no entendimento da colonização dos corpos femininos (Lugones, 2020)

²³ Colonialidade do poder se refere a um padrão de dominação sistemático dos corpos colonizados que tornou a subjugação de pessoas e a ideia de superioridade europeia noções naturais, estas que foram propagadas pelas colônias europeias (Quijano, 2005)

subalternizados como forma de ampliar suas vozes, já que é somente através da escuta destas que os sujeitos podem representar a si próprios e construir suas narrativas (Nunes, 2020).

Para Nunes (2020, p. 10) “ao enfrentar a linguagem, a mulher de cor se posiciona como um ser livre, construtora da própria história, desconstruindo, assim, os discursos dominantes que visavam apreendê-la por meio de rótulos”. Apesar de ter sido repreendida por uma professora inglesa ainda na infância após expor seu sonho de ser escritora e, anos mais tarde, ter seu primeiro manuscrito incendiado propositalmente pelo marido, Emecheta afirma que sempre acreditou “que a arte da comunicação, seja por meio de imagens, música, escrita ou folclore oral, é vital para o ser humano” (Emecheta, 1986, p. 178, tradução própria)²⁴.

Dessa forma, a escrita para a autora, além de um sonho, passa a se tornar algo concreto por necessidade. Assim como sua personagem Adah, ao se ver no início dos vinte anos, com cinco filhos, divorciada e sem emprego, apenas a escrita poderia tirá-la daquela condição que foi imposta à ela. Escrever em inglês, sua quarta língua, era um desafio que deveria ser superado se quisesse manter sua *cabeça fora d’água*, ainda com todas as recusas que recebeu inicialmente das editoras. Anzaldúa (1980, p. 229), em um ensaio destinado às mulheres escritoras do terceiro mundo, afirma que “a mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante [...] Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos”.

A escrita, portanto, é a forma de libertação das mulheres racializadas, de forma a recontar a história monopolizada pela literatura ocidental, a qual traz consigo estereótipos e exotismos acerca dos povos de outras partes do mundo. Para Edward Said (2011), as narrativas provenientes de regiões orientais permitem uma visão que foge da visão ocidentalizada da literatura e, por meio disso, admite que os próprios sujeitos oriundos desses lugares tenham o poder de narrar e reescreverem suas histórias, oportunizando a transformação de processos de subversão de marcadores sociais que limitam e colocam à margem a vida desses povos.

De acordo com Fonseca (2025), obras como *Cidadã e Segunda Classe* (2018) e *No Fundo do Poço* (2019), são essenciais para a aproximação do leitor com narrativas críticas, pois visam ampliar as vozes e compreender as experiências de sujeitos marginalizados, inseridos no que é chamado por Anzaldúa de “terceiro país”, através de uma escrita que mescla visão de mundo e do coletivo com as experiências pessoais. Acerca disso, a autora

²⁴ No original: “[...] the art of communication, be it in pictures, in music, writing or in oral folklore is vital to the human” (Emecheta, 1986, p. 178).

conclui que (1980, p. 233): “[...] não existe separação entre vida e escrita. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras”.

4.2 COLONIALISMO E PATRIARCADO NA TRAJETÓRIA DE ADAH

O colonialismo britânico na Nigéria deixou marcas profundas nas estruturas políticas e econômicas do país que perduram até hoje. Além disso, as relações sociais e de gênero também foram modificadas com a imposição da cultura e valores europeus, que colocavam as mulheres como inferiores aos homens no espaço público, relegadas então à vivência particular no cuidado da casa e da família. Nesse contexto, a subalternização da mulher africana em países que passaram pelo processo de colonização carrega consigo também o fardo da tradição patriarcal, assim, o processo de inferiorização feminina tem “início na tradição, se adensa no processo de colonização e se perpetua na modernidade” moldando as vivências de mulheres, nesse caso, nigerianas, em todos os âmbitos (Chagas, 2021, p. 17). Na obra *Cidadã de Segunda Classe* (2018), a autora Buchi Emecheta evidencia a maneira como essas opressões moldaram a vida da personagem Adah desde sua infância, momento de sua vida condicionado pelas heranças coloniais e pelo patriarcado.

Nascida mulher no grupo étnico igbo, o qual culturalmente valorizava o nascimento de filhos homens, desde a infância Adah foi relegada à submissão em sua comunidade, de forma que mesmo sua data de nascimento não era digna de importância para sua família. Sendo uma menina, seu valor estaria no preço do dote que seria pago pelo futuro noivo no momento do casamento, até lá, sua existência estava em segundo plano dentro da família e da sociedade:

Mas a âncora mais antiga que conseguia atrelar àquela torrente de coisa-nenhuma datava de quando tinha uns oito anos de idade. Não estava segura nem mesmo de ter sido aos oito anos, porque, claro, era uma menina. Uma menina que havia chegado quando todos esperavam e previam um menino. Assim, já que era um desapontamento tão grande para os pais, para a família imediata, para a tribo, ninguém pensou em registrar seu nascimento. Uma coisa tão insignificante! (Emecheta, 2018, p. 11).

A lente interseccional, para Fonseca (2025), como práxis-crítica, pode ser utilizada no entendimento das opressões vividas por Adah ainda na infância. Para a autora, apesar de Adah e o irmão mais novo, Boy, vivenciarem as dificuldades financeiras e os empregos precários — como o de seu pai, que trabalhava como ferroviário, além de ter sido convocado para lutar pelo Reino Unido na Segunda Guerra Mundial — no contexto de uma Nigéria ainda no jugo colonial britânico, Boy teve a oportunidade de frequentar a escola pois era homem. Naquele

período, a sociedade igbo via na educação uma forma de ascender socialmente e sair da pobreza, de forma que um alto investimento era feito na educação da prole, inclusive para mandá-los para outro país para completar os estudos, no entanto a preferência ficava para os meninos. Sendo uma mulher, Adah estava destinada ao trabalho doméstico e as violências dele decorrentes, principalmente após a morte de seu pai, episódio que marca um momento de ruptura da família pois, de acordo com a cultura local, a viúva deveria se casar com o irmão do falecido e os filhos herdados por outros familiares.

Ao ser enviada para morar com familiares ainda criança, apesar de não ter sua educação levada com seriedade, Adah foi permitida frequentar uma escola inferior a do irmão, no entanto, a dedicação aos estudos deveria estar em segundo plano, já que suas principais atividades eram os afazeres domésticos. É retratado no livro que os familiares encararam a morte do pai de Adah como uma bênção, já que “[...] significava que podiam ter Adah como criada para ajudar nos muitos trabalhos da casa e não precisavam pagar nada por isso” (Emecheta, 2018, p. 28). Para a própria Adah, esse tratamento vindo da família não era estranho, apesar de tudo, para a menina, não se tratava de maus-tratos, mas do costume da comunidade.

A educação em comunidades nigerianas — de base missionária que tinha como objetivo de preparar os próprios povos nativos para converter e educar membros da comunidade com ideais cristãos —, principalmente na região sul, de acordo Oyěwùmí (2021) era distinta para meninos e meninas, mesmo em escolas mistas. A autora afirma que as escolas ocidentais educavam meninos para ocuparem papéis de liderança na sociedade, enquanto as meninas possuíam uma educação baseada nos afazeres domésticos, para que se tornassem boas esposas. Nesse sentido, Fonseca (2025) defende que a chegada das escolas missionárias em território nigeriano impulsionou a hierarquização da sociedade com base no sexo, em que o sexo masculino foi colocado como superior ao feminino. Dessa forma, as mulheres foram excluídas dos espaços públicos e de liderança, fazendo com que a “hegemonia masculina se consolidasse na agenda colonial.” (Fonseca, 2025, p. 26).

Ficou decidido que o dinheiro da família, umas cem ou duzentas libras, seria gasto na formação de Boy. Assim, Boy foi selecionado para um futuro brilhante, estudando numa escola secundária e essa coisa toda. Adah abandonaria a escola, mas alguém argumentou que, quanto mais tempo ela ficasse na escola, maior seria o dote que seu futuro marido pagaria por ela. Afinal, era jovem demais para se casar, pois estava com mais ou menos nove anos, e além disso o dinheiro extra a ser obtido com ela arremataria os gastos com Boy. Assim, por enquanto Adah permaneceria na escola. (Emecheta, 2018, p. 27).

Como consequência desse processo de distinção na educação, Oyěwùmí (2021) argumenta que a desvantagem das mulheres no sistema educacional é o principal fator que determina a inferioridade das nigerianas e sua consequente falta de recursos, ainda hoje. Um sistema educacional moldado para favorecer os homens e educá-los como líderes, enquanto as mulheres eram educadas para serem as boas esposas desses líderes parte, inicialmente, da estratificação de gênero determinada pelos colonizadores. Fonseca (2025) afirma que, com a divisão da sociedade por gênero, por educação e pela religião cristã, as mulheres nigerianas passaram a ser subalternizadas dentro das comunidades. Apesar da tradição patriarcal, prévia à dominação colonial, o papel delas dentro da sociedade era de grande relevância em diversos âmbitos, seja religiosos, políticos, comerciais, etc. Dentro das comunidades igbo e iorubá, por exemplo, a classificação social de seus membros se dava a partir da idade e, por causa disso, não eram fixas; o sexo e gênero eram inexistentes como organizadores da hierarquia social, o que passou a ser comum com a implementação das escolas missionárias (Fonseca, 2025).

A senioridade é altamente relacional e situacional, pois ninguém está permanentemente em uma posição de uma idade maior ou menor; tudo depende de quem está presente em qualquer situação. A senioridade, ao contrário do gênero, é compreensível apenas como parte dos relacionamentos. Assim, não é rigidamente fixada no corpo, nem dicotomizada. (Oyěwùmí, 2021, p. 83).

Na cultura ocidental, a centralidade do corpo é o produtor principal de diferenças, na Nigéria pré-colonial, no entanto, a diferença entre sexo para alguns grupos, de acordo com Fonseca (2025 *apud* Nkiru Nzegwu, 2001), não era baseado na subalternização de um deles, mas sim no trabalho em conjunto, com a mesma relevância e com o objetivo de manter a sobrevivência da comunidade. Além disso, “as capacidades sexuais e reprodutivas femininas não determinavam as mulheres como *cidadãs de segunda classe* no âmbito social” (Fonseca, 2025, p. 25). Em contraste, as relações e a organização social construídas posteriormente à colonização tem como base não só a separação dos sexos, mas a inferiorização de um deles no âmbito social, político, econômico, cultural e entre outras formas. Em relação a esse ponto, Oyěwùmí (2021, p. 27) afirma que:

[...] quem está em posições de poder acha imperativo estabelecer sua biologia como superior, como uma maneira de afirmar seu privilégio e domínio sobre os “Outros”. Quem é diferente é visto como geneticamente inferior e isso, por sua vez, é usado para explicar sua posição social desfavorecida. A noção de sociedade que emerge dessa concepção é a de que a sociedade é constituída por corpos e como corpos [...].

Dessa forma, nos corpos concebidos são colocados expectativas sociais que moldam a forma com que estes são tratados dentro da sociedade. Para os igbo, a família e o casamento

deveriam ser as principais aspirações e objetivos das mulheres dentro da comunidade. Apesar de, com sua personalidade transgressora, subverter às expectativas da família em relação aos estudos, ao completar a escola, já na adolescência, Adah se encontra “despreparada para a vida lá fora” (Emecheta, 2018, p. 35). Sem dinheiro, sem apoio da família e com o único desejo de continuar estudando e entrar na faculdade, a personagem acaba por acatar a solução mais prática para conseguir realizar seus desejos: se casar. Novamente indo em contramão aos costumes tradicionais, a própria Adah escolhe seu marido, Francis, um rapaz pobre e que, por isso, não pode pagar o alto dote à família de Adah, que lucrariam o dinheiro às custas da dedicação dela aos estudos, com o qual ela não contou com nenhum apoio.

Bem, uma coisa ela não previra. Quem quisesse estudar para se formar, estudar para o exame de admissão ou mesmo estudar para obter mais notas “A” precisava ter uma casa. Não uma casa onde houvesse confusão hoje e brigas amanhã, mas uma casa com boa atmosfera, um lugar tranquilo para estudar em paz. Adah não tinha como encontrar uma casa assim. Em Lagos, na época, os adolescentes não podiam morar sozinhos e se, por acaso, para completar, esse adolescente fosse uma menina, viver sozinha significava ir atrás de encrenca. Em suma, Adah teria de se casar. (Emecheta, 2018, p. 35).

O casamento aparece na vida de Adah como uma maneira de conseguir a independência em uma sociedade com fortes tradições patriarcais, em que uma mulher vivendo sozinha não possuía nenhum valor. Apesar de conseguir ascender socialmente a partir dos estudos, diferente da maioria das mulheres na sociedade nigeriana na época, trabalhando na Biblioteca do Consulado Americano com um bom salário, a personagem se encontra condicionada nos costumes, tradições e no papel submisso das mulheres no sistema colonial, impedida até mesmo, de tomar decisões que afetam sua vida por si própria:

Mas, em algum lugar de seu coração, Adah suspeitava que o bem-estar daquela época era superficial. Não conhecia o marido muito bem porque, como bem sabe a maioria das jovens esposas africanas, quase todas as decisões relativas às suas próprias vidas tinham de ser submetidas antes de mais nada ao Grande Pa, o pai de Francis, e em seguida à mãe dele, depois discutida pelos irmãos da família antes de Adah ser consultada. Ela achava tudo isso ridículo, sobretudo nos casos em que a discussão envolvia finanças. Afinal, quem subsidiaria quase todos os planos era ela, mesmo com a decisão sendo tomada sem sua participação. (Emecheta, 2018, p. 38).

Nesse contexto de submissão às tradições e costumes locais, somado ao papel da mulher no sistema colonial, a maternidade aparece como destino e forma de validação social da vida das mulheres, mesmo quando estas conseguem romper, de certa forma, com a expectativa sobre suas vidas, como Adah. Para Fonseca (2025), a maternidade é um tema recorrente na literatura nigeriana, inclusive nas obras de Emecheta. Essas obras tratam,

principalmente, da desigualdade de gênero dentro das sociedades e do papel quase sagrado das mulheres como mães.

Adah só precisava ir à biblioteca americana, trabalhar até as duas e meia, voltar para casa e ser servida em tudo, e à noite deitar-se com Francis. Nesse aspecto, não decepcionou os sogros porque, além de ganhar suficientemente bem para sustentar todos eles, era muito prolífica, o que, entre os Igbos, continua sendo o maior bem que uma mulher pode ter. Tudo seria perdoado à mulher que parisse filhos. (Emecheta, 2018, p. 38).

Dessa forma, o desejo de independência e a subversão de expectativas sociais sobre o corpo feminino, transformam Adah em uma mulher próspera financeiramente, que busca trilhar seu próprio caminho. No entanto, apesar da prosperidade material, a personagem se vê insatisfeita com a sociedade em que vive, já que, sendo uma mulher, ainda que ganhando bem e sustentando toda a família, teria pra sempre um papel de subserviência em relação a eles. O Reino Unido então reaparece como o foco da vida de Adah, a concretude não apenas do seu sonho de infância, mas do sonho do seu pai e do imaginário difundido na época de que a ida para a Europa representava o sucesso, um encontro com a civilidade e a prosperidade. Para Adah, que teve sua experiência educacional moldada em um colégio missionário, a Europa representava o ápice do domínio do conhecimento, um lugar quase sagrado, em que ela poderia ascender socialmente, penetrar em espaços negados em seu país devido ao seu gênero e ter controle acerca da própria vida (Fonseca, 2025). Além disso, por ter sido educada aos moldes ocidentais, Adah via na educação tradicional do seu país a marca do atraso e desejava criar seus filhos de forma diferente, para ela, os missionários a haviam ensinado “todas as coisas boas da vida” (Emecheta, 2018, p. 41).

Adah achava que o melhor seria que ela e o marido, a quem começava a amar, se mudassem para outro lugar, para um país novo, fossem viver entre gente nova. Por isso dirigia orações especiais a Deus, pedindo-Lhe que fizesse Pa aprovar a partida deles para o país dos sonhos de Adah, o Reino Unido! Exatamente como seu Pa, ela ainda pronunciava o substantivo Reino Unido num sussurro, até quando falava com Deus a respeito, só que agora tinha a sensação de que o Reino Unido estava se aproximando dela. Começava a acreditar que viajaria para a Inglaterra. (Emecheta, 2018, p. 40).

Conforme Fonseca (2025), retomando o argumento de Friedman (2006), a condição diaspórica aparece como um facilitador da compreensão de forma crítica das opressões que o sujeito diaspórico vivia no lugar de origem. É a partir desse distanciamento que o sujeito cria uma subjetividade em um novo local e passa a ver as coisas através de novas lentes, o que, por sua vez, afeta diretamente o processo de criação. Entretanto, ao migrar para o Reino Unido, Adah percebe que as opressões que vivenciava na Nigéria não desapareceram, mas se somam a outras formas de marginalização: o racismo, a xenofobia e a desigualdade de classe.

É nesse movimento que a personagem descobre, com sua própria experiência, como as opressões se entrecruzam e produzem uma condição de vulnerabilidade específica para mulheres negras imigrantes.

4.3 OPRESSÕES INTERSECCIONAIS E A EXPERIÊNCIA DIASPÓRICA NA VIDA DE ADAH

Devido a experiência colonial que forçou o subdesenvolvimento dos países colonizados ao passo que colocava a Europa como o ápice da civilização com o avanço do capitalismo, a diáspora para países europeus se tornou muito comum. No contexto nigeriano, estudantes homens saíam do país para estudar no exterior e voltavam sendo aclamados por esse feito. As mulheres, por sua vez, só eram autorizadas a deixar a Nigéria se estivessem na companhia do marido, ou indo ao encontro deste. Em *Cidadã de Segunda Classe* (2018), o fascínio de Adah com o Reino Unido aparece inicialmente como uma vontade infantil ao notar a admiração do pai e da comunidade com o retorno de um advogado que tinha ido estudar na Europa. O tratamento e a festa que esse advogado recebe ao voltar à Nigéria remete à afirmação de Frantz Fanon de que “o negro que conhece a metrópole é um semideus”:

As mulheres de Ibuza que viviam em Lagos estavam se preparando para a chegada do primeiro advogado de Ibuza vindo do Reino Unido. O nome “Reino Unido”, quando pronunciado pelo pai de Adah, tinha um som tão pesado... o tipo de ruído que se associa a bombas. Um som tão grave, tão misterioso, que o pai de Adah sempre o pronunciava com voz contida e com uma expressão tão respeitosa no rosto que até parecia estar falando de Deus Santíssimo. Sem dúvida, ir ao Reino Unido era como fazer uma visita a Deus. Ou seja, o Reino Unido devia ser uma espécie de Paraíso. (Emecheta, 2018, p. 12).

Dessa forma, a infância e adolescência de Adah foram moldadas não apenas por um objetivo pessoal de ascensão e almejo de uma educação universitária e a carreira de escritora, mas a concretização de um ideal e respeito que colocava o Reino Unido como uma espécie de paraíso, de acordo com ela “o pináculo de suas ambições” (Emecheta, 2018, p. 23). A mudança da Nigéria para a Europa, inicialmente apenas seu esposo, Francis, seguido por Adah e as duas crianças — após precisar convencer a família do marido —, marca não apenas mudanças geográficas, mas também transformações sociais e culturais. Assim como seu contexto natal e se diferenciando das expectativas que possuía em relação à imigração, Adah se depara com uma vivência marcada por mais opressões e novos padrões de vida, problemas que já dão sinais assim que a personagem avista a Europa pela primeira vez.

A Inglaterra deu a Adah uma acolhida fria. [...] Se Adah fosse Jesus, teria ignorado a Inglaterra. Liverpool era cinza, enfumaçada e aparentemente desabitada por humanos. Para Adah, parecia o galpão da ferrovia onde haviam lido que seu Pa um dia trabalhara como moldador de fundição. [...] Mas se, como diziam, havia

muito dinheiro na Inglaterra, então por que os habitantes locais recebiam os visitantes com aquele descaso, aquela frieza? Bem, tarde demais para queixumes, tarde demais para mudar de ideia. Mesmo que ela quisesse, seria impossível mudar de ideia. Seus filhos tinham de receber uma educação inglesa e por isso ela estava disposta a tolerar a mais fria das acolhidas, mesmo vinda do país de seus sonhos. Estava um pouco desapontada, mas disse para si mesma que não se preocupasse. (Emecheta, 2018, p. 55).

Essa frieza, retratada por Adah em outros momentos do livro, simboliza o modo como a personagem é tratada na Inglaterra, submetida a uma posição de inferioridade pelo seu gênero, raça, classe e nacionalidade. Ao deixar a Nigéria na esperança de conseguir boas oportunidades por ser uma mulher com diplomas e fluente em inglês, a personagem não esperava ser confrontada com as expectativas que a sociedade inglesa — branca e capitalista — impõe nos corpos marginalizados de imigrantes e mulheres, além da expectativa de seu próprio povo de que ela se adequasse ao modo de vida imposto à pessoas na posição de imigrantes.

O processo de diáspora africana para o Reino Unido pós-colonial é, para Verastegui e Zubaran (2023), mobilizando Clifford (*apud* 1994, p. 308), o responsável pela construção de novas identidades dos imigrantes, essas que buscam permanecer ligadas à comunidade de nascimento, ao mesmo tempo que adiciona elementos do país receptor, ou seja, “identidades mescladas, hibridizadas pelas histórias compartilhadas de escravidão, subalternização, racismo, hibridização e resistência”. Para Hall (2005), esse processo também está calcado na *ocidentalização* do sujeito, em que traços da cultura e identidade deste são substituídos pelos traços da cultura do país receptor, considerados superiores. Na obra, Adah, ao rever o marido depois de alguns meses possui um momento de estranhamento, visto que Francis já tinha internalizado em si traços da cultura britânica:

O Francis que veio recebê-los era um novo Francis. Havia alguma coisa muito, muito diferente nele. Adah ficou atordoada quando ele a beijou em público, com todo mundo olhando. Oh, meu Deus, pensou; se a sogra os visse, na mesma hora imploraria o perdão de Oboshi com sacrifícios. (Emecheta, 2018, p. 54).

Para Fonseca (2025), a alienação colonial coloca as características e costumes eurocêntricos como o modelo a ser seguido e valorizado, enquanto as culturas orientais, por sua vez, passam pelo processo de desvalorização. Em *Cidadã de Segunda Classe* (2018), em outro momento, com a família já instalada, a filha de Adah, Titi, passa por um período em que se recusa a falar, o que mais tarde se revela como fruto de uma repressão de Francis para que a criança falasse apenas em inglês e não em iorubá, sua primeira língua. A língua inglesa foi uma das principais ferramentas de imposição da dominação colonial na Nigéria, sendo hoje

um dos idiomas oficiais, dessa forma, “os britânicos tinham um tremendo poder político em virtude de dominarem a vida do país. Consequentemente, seu idioma, o inglês, foi automaticamente considerado superior a todos os outros do país. Falar essa língua em si era poder”(Goke-Pariola, 1993, p. 223).

Era esse o resultado da Nigéria ter sido governada durante tanto tempo pelos ingleses. A inteligência da pessoa era avaliada pela forma como ela falava inglês. Mas não importava nem um pouco se os ingleses eram ou não capazes de falar as línguas dos povos que governavam. Essa exigência teve um efeito terrível sobre a pequena Titi. Mais tarde ela superou sua dificuldade em falar, mas já estava com bem mais de seis anos quando conseguiu dominar suficientemente uma das línguas para ser capaz de produzir uma conversa inteligente. Aquela confusão precoce atrasou muito seu desenvolvimento verbal. (Emecheta, 2018, p. 78-79).

Fanon (2020, p. 31), ao afirmar que “falar é existir absolutamente para o outro”, compreende que todo povo colonizado se vê confrontado com a língua e a cultura da metrópole, de forma que precisa se adequar a ela para ser aceito. Portanto, ao internalizar a cultura e valores do colonizador, o colonizado deixará seus próprios modos de ser/existir para trás. Nesse sentido, os efeitos da diáspora para os imigrantes refletem o que estes precisam abrir mão de suas culturas para serem aceitos e, ainda assim, lidar com outros tipos de violências que surgem com o processo diaspórico, como o racismo e a violência com base em classe e gênero. Dessa forma, o conceito de interseccionalidade pode ser mobilizado para explicar como essas opressões incidem sobre os sujeitos da diáspora, principalmente as mulheres nessa situação (Chagas, 2023). Essas violências se materializam no espaço social relegando os imigrantes à condições de vida precária em vários âmbitos como moradia, empregos e segregação em espaços públicos. Em *Cidadã de Segunda Classe* (2018) essa realidade é retratada por Emecheta no momento que Adah descobre o local degradante que irá morar com os filhos pequenos e o marido, não porque não possuíam dinheiro para uma habitação melhor, mas porque eram negros e, por isso, eram ali que deveriam permecer:

“Em Londres a escassez de moradia é imensa, especialmente para negros com filhos. Todo mundo está vindo para Londres: gente das Antilhas, das Bahamas, os paquistaneses e até os indianos, de modo que os estudantes africanos costumam ser instalados junto com esses outros. Somos todos negros, todos de cor, e as únicas acomodações que a gente consegue arrumar são horrores como este.” Bem, o que Adah ia dizer? Simplesmente fitou o que estava diante dela. Não disse nada nem quando ficou sabendo que o toalete era do lado de fora, quatro andares abaixo, no pátio; ou quando ficou sabendo que não havia banheiro, que não havia cozinha. Engoliu tudo, como uma pílula amarga. À noite os outros moradores voltaram das fábricas onde trabalhavam. Todos apareceram para dar as boas-vindas. Então, para seu horror, Adah se deu conta de que teria de dividir a moradia com nigerianos do tipo dos que na Nigéria a chamavam de madame; alguns deles tinham o mesmo nível, em matéria de instrução, de suas antigas criadas pagas. [...]. (Emecheta, 2018, p. 57).

Assim, a diáspora representa para a autora Gloria Anzaldúa (2022) um “terceiro país”, em que os sujeitos ocupam uma “cultura de fronteira”, marcada pelas “relações de poder e assimetrias raciais e culturais” (Nunes, 2020, p. 8). Para a autora, é nesse espaço que vivem o que ela chama de *los atravessados* (imigrantes, queer, mestiços etc.) ou seja, aqueles que são colocados à margem das sociedades, os *cidadãos de segunda classe* descritos por Buchi Emecheta. A materialidade dessa segregação é representada com a exclusão dessas pessoas para bairros periféricos, pobres, sem assistência, trabalhando em empregos precários, com baixos salários e em trabalhos braçais. Adah, ao se ver inserida nessa situação, se recusa a aceitar o modo de vida de seus vizinhos, buscando dar sentido à sua vida e aos seus esforços anteriores para obter educação. De acordo com Memmi (2007, p. 123), o sujeito colonizado tem suas qualidades degradadas pelo colonizador, sua existência e individualidade negadas, passando a fazer parte de um “coletivo anônimo” de onde não consegue sair, já que ele não pode “decidir se é colonizado ou não colonizado”, tornando-se apenas um objeto. Por não aceitar a condição de *cidadã de segunda classe*, a qual já tinha sido internalizada também por seu marido, a personagem Adah passa a ser mal vista pelos vizinhos, os quais se sentem humilhados e desafiados com sua atitude (Fonseca, 2025). A classificação de pessoas com base na raça, para Lugones (2020) é fruto direto da colonialidade do poder, em que a subjetividade desses sujeitos são controladas pelos brancos.

O que mais a preocupava era a descrição “de segunda classe”. Francis ficara tão condicionado a essa expressão que não só estava fazendo jus a ela como sentindo prazer com a situação. Ficava o tempo inteiro pressionando Adah a conseguir um emprego numa fábrica de camisas. Adah se recusava. A última coisa que ela faria era trabalhar numa fábrica. Afinal, tinha vários diplomas, tanto de nível básico como de secundário, e parte do Diploma da Associação Profissional da Biblioteca Britânica, para não falar na experiência. Por que iria trabalhar ao lado dos vizinhos que mal começavam a juntar as letras, em lugar de imprimi-las? (Emecheta, 2018, p. 59-60).

Apesar de não aceitar que sua vida fosse moldada pelos rótulos e opressões que a tornavam inferior, em certo momento da narrativa, Adah tem a consciência de que ser colocada neste lugar de subalternidade estava fazendo com que ela agisse como se, de fato, pertencesse a ele. Ao entrar em lojas, mesmo que tivesse dinheiro para comprar bons produtos, a personagem se dirigia automaticamente para a sessão de itens mais baratos e avariados. Suas expectativas acerca do que a vida no Reino Unido guardava para ela são confrontadas com o racismo, sexismo e outras violências que fazem com que Adah se molde àquilo que é esperado dela como uma mulher negra imigrante. Essa imagem inferiorizada de sujeitos não-europeus criada a partir da colonização, que Memmi (2007, p. 123) chama de

“retrato místico”, termina por ser internalizado e vivido pelo colonizado, contribuindo para seu “retrato real”.

Sua busca de casa ficava ainda mais difícil porque era negra; negra, com dois filhos pequenos e grávida de mais um. Estava começando a aprender que sua cor era uma coisa da qual supostamente deveria se envergonhar. Na Nigéria nunca se dera conta disso, mesmo estando entre brancos. [...] Mas agora Adah estava começando a descobrir, por isso não desperdiçou seu tempo procurando acomodações em bairros limpos e agradáveis. Ela, que apenas alguns meses antes só teria aceitado o que houvesse de melhor, agora se condicionara a esperar por coisas inferiores. Estava aprendendo a desconfiar de tudo o que fosse bonito e puro. Essas coisas eram para os brancos, não para os negros. (Emecheta, 2018, p. 104).

Para Fonseca (2025), os efeitos do racismo na vida da personagem eram desconhecidos até então, visto que, apesar do sistema colonial que dominava a Nigéria, em seu país ela não se compreendia como parte de uma raça inferior. Como forma de tentar driblar o racismo ainda na busca por uma moradia, já que todas que buscou afirmavam que não aceitavam pessoas de cor, Adah acaba por se utilizar de artifícios para “esconder” sua negritude, como falar com um sotaque diferente com os senhores ao telefone ou fazer uma visita às acomodações pela noite para que a cor de sua pele não fosse notada.

Somado a isso, Adah passa a sofrer agressões físicas, sexuais e psicológicas do marido, este que também se isenta da participação ativa na casa, deixando as responsabilidades financeiras e o cuidado com os filhos por conta da esposa. Para Oliveira (2023, p. 79) Francis tem na obra a “função de uma engrenagem que reproduz a opressão de gênero” sobre a personagem. Dessa forma, “o estigma de ser mulher; negra; nigeriana; igbo e imigrante é um mecanismo de exclusão social que delimita os direitos básicos aos quais [Adah] tem acesso” (Fonseca, 2025, p.43).

Essas opressões interseccionais vividas por Adah encontram no ambiente doméstico suas expressões mais intensas, através da relação com Francis, que começa a deteriorar assim que a personagem desembarca em Londres. De acordo com hooks (2019) apesar de serem oprimidos pelo racismo na sociedade, os homens negros não estão isentos de cometerem violências patriarcais sobre as mulheres negras. Inclusive, ainda de acordo com a autora, por muito tempo membros dos movimentos de mulheres e os movimentos negros resistiram em aceitar que mulheres negras sofriam opressões para além do racismo. Na vida de Adah, a figura de Francis passa a representar uma imagem de controle e violência, a qual a enxerga como um sujeito inferior, que lhe devia submissão por ser uma mulher. Oyèwùmí (2021, p. 227) afirma que, com a colonização, as fêmeas se tornaram subordinadas assim que foram “transformadas” em mulher, uma categoria invisível e inferior ao homem, o que permaneceu

moldando as opressões femininas dentro do patriarcalismo colonial no contexto nigeriano e que explica o tratamento de Francis com Adah (Verastegui e Zubaran, 2023).

Para Francis, uma mulher era um ser humano de segunda classe; Adah servia para se deitar com ele quando ele quisesse, inclusive durante o dia, e, caso se recusasse, apanharia até criar juízo e ceder; para ser expulsa da cama depois dele se satisfazer; para lavar sua roupa e servir suas refeições na hora certa. Não havia necessidade de ter uma conversa inteligente com a esposa porque, entende, ela podia começar a ter ideias (Emecheta, 2018, p. 239).

Além das violências física e psicológica perpetradas por Francis, sua opressão também se manifestava na questão reprodutiva da esposa, exercendo sobre ela o controle direto de sua sexualidade, impedindo-a de realizar um tratamento anticonceptivo. Aqui, a violência do governo sobre o corpo da mulher também se faz presente visto que era obrigatório para o tratamento que o marido autorizasse o processo. Após uma gravidez conturbada, Adah decide falsificar a assinatura do marido para iniciar o uso do método contraceptivo — escolhido cuidadosamente por ela para que o marido não percebesse —, no entanto, Francis acaba por descobrir e agredi-la poucos dias depois de sua saída da maternidade com o novo bebê. Nesse contexto, a religião também era mobilizada por Francis como forma de controlar o corpo da esposa, que ainda início dos 20 anos já tinha três filhos: “Quando [Francis] percebera que se fornecesse a Adah os meios para praticar o controle da natalidade, ela ficaria livre da servidão de ter filhos, Francis virava católico.” (Emecheta, 2018, p. 164).

Para hooks (2019, p. 163), tanto homens brancos como negros possuem uma forte conexão, o sexismo compartilhado, em que ambos acreditam que a submissão da mulher perante a eles é algo natural. Além disso, ambos também compartilham a ideia de que a violência é a principal forma de obter poder. Dessa forma, apesar do racismo impossibilitar um tipo de conexão em outras esferas entre homens negros e brancos, a opressão das mulheres é algo que os une. Um exemplo disso está na obra *No Fundo do Poço* (2019), livro que foca na vida de Adah alguns anos após ter chegado à Inglaterra. Ao se mudar para um residencial com os filhos, a personagem recebe a visita inesperada de um vizinho que aparece para reclamar do barulho da família, a cena revela as maneiras como as mulheres negras são violentadas e oprimidas em diversos sentidos:

“Olha!”, ele trovejou, sem se dar o trabalho de se apresentar ou pedir licença. “Olha, eu não me importo com a sua cor!”. Adah deu um pulo. Cor, de que cor ele estava falando? Ela nunca tinha visto o Sr. Pequeno antes, a que cor ele se referia? Bom, a natureza humana sendo como é, Adah olhou para a cor do dorso da sua mão; bom, está bem, o Sr. Pequeno não se incomodava com a cor marrom, que mais? Com o que mais ele não se incomodava? Os olhos do Sr. Pequeno seguiram os movimentos dela e sorriram. Feliz. Ele tinha colocado Adah no lugar dela. Uma pessoa negra

precisa sempre ter um lugar, uma pessoa branca já tinha um de nascença. (Emecheta, 2019, p. 23).

Verastegui e Zubaran (2023), ao citar a autora Grada Kilomba (2019) afirmam que essa situação de opressão não aconteceu apenas por Adah ser negra, mas por ser também uma mulher; caso a personagem fosse um homem ou uma mulher branca, dificilmente seu vizinho iria até seu apartamento para ‘colocá-la no seu lugar’. Para Collins (2019, p. 139), “os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social”, resultando nas relações de superioridade e inferioridade que explicam as opressões de raça, gênero e classe.

Essas violências interseccionais ficam obscurecidas na sociedade devido sua habitualidade. Na vida de Adah, elas são afetadas principalmente pelo processo de imigração, ainda que a personagem sofresse opressões patriarcais na Nigéria, elas eram vistas como intrínsecas à cultura do seu povo. Apesar de sua personalidade transgressora, em muitas situações durante sua vida, como o próprio casamento e o nascimento de muitos filhos, demonstram a falta de opções para que Adah pudesse gerenciar sua própria vida, tendo que aderir aos costumes da comunidade visto que esse era o caminho normal que as mulheres deveriam seguir (Mendes e Pereira, 2022, p. 6).

Nesse sentido, a vida de Adah é moldada pela articulação das imagens de controle de mulheres negras, sobrepostas pelas intersecções entre raça, gênero e classe, que tem como objetivo manter sua subordinação pelos grupos dominantes. De acordo com Collins (2019), uma dessas imagens de controle é a da matriarca, que define as mulheres negras que subvertem a expectativa de gênero ao sustentarem a família, papel que socialmente é destinado ao homem. Para hooks (2019), essa imagem surge no período escravocrata utilizado pelos patriarcas brancos para explicarem a habilidade de mulheres negras viverem sem a ajuda direta de homens, dessa forma, essas mulheres eram tidas como masculinizadas, uma ameaça ao patriarcado. As mulheres nessa posição também são consideradas mães ruins, visto que dedicam a maior parte do seu tempo ao trabalho e não aos filhos — papel socialmente imposto às mulheres. No contexto da obra *Cidadã de Segunda Classe* (2018), em dado momento, Adah reflete sobre o desinteresse de Francis acerca dos próprios filhos e do provimento da casa, visto que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, para ela também era importante que Francis continuasse estudando, lentamente, no entanto, o marido passou a se acomodar no lugar de subalterno, deixando os estudos para trás:

Quando lembrava daquele tempo, ela ainda se perguntava por que nunca havia estranhado que só ela se preocupasse em saber como eles iam fazer para sobreviver, por que ela, e ela apenas, tinha a sensação constante de estar deixando desprovidas as pessoas que amava, caso se afastasse do trabalho, mesmo que fosse para ter um filho. O mais engraçado de tudo era ela sentir que tinha o dever de trabalhar, e seu marido não. Francis deveria levar uma vida tranquila, a vida de um estudante mais velho, estudando em seu próprio ritmo. (Emecheta, 2018, p. 140).

Ainda em relação à imagem de controle da matriarca, para Collins (2019, p. 146-147), a falta de tempo que as mães negras passavam com seus filhos, por causa do seu trabalho, era considerado prejudicial ao desenvolvimento das crianças. Reportando um cenário estadunidense, a autora afirma que era pressuposto que, ao não receberem atenção suficiente, como as crianças brancas, as crianças negras continuariam reproduzindo valores que explicariam a persistência da pobreza de pessoas negras. Para ela, essa perspectiva “desvia a atenção das desigualdades políticas e econômicas que caracterizam cada vez mais o capitalismo global. Também sugere que qualquer pessoa é capaz de sair da pobreza se for criada com bons valores”. Essa imagem supõe, além de tudo, que essas mulheres, por serem consideradas assertivas e agressivas, são comumente abandonadas por seus maridos, tendo seu fim na pobreza (Collins, 2019, p. 147-148). Na vida de Adah, após cinco filhos e várias violências de Francis, a personagem resolve se divorciar do marido, batendo de frente, mais uma vez com a cultura de seu povo e pegando para si a responsabilidade de cuidar de cinco crianças sem nenhum auxílio do pai, o qual afirmou que não se importava se elas fossem para a adoção.

A imagem de matriarca segue na vida de Adah também na obra *No Fundo do Poço* (2019) em um momento em que uma assistente social responsável pelo residencial que Adah mora com os filhos passa a assediá-la após denúncias dos vizinhos de que a personagem ficaria fora de casa o dia todo — visto que trabalhava em uma biblioteca de dia e estudava em uma universidade pela noite — enquanto as crianças ficariam sozinhas, cuidando umas das outras. Apesar de tentar resolver a questão com a ajuda de jovens voluntários, que se dispuseram a cuidar dos seus filhos, Adah continua sendo perseguida pela assistente social de forma que, para colocar fim à pressão, resolve tomar a difícil decisão de se demitir do emprego.

Sua socialização estava completa. Ela, uma mulher africana com cinco filhos e nenhum marido, sem emprego e sem futuro, estava como a maioria de seus vizinhos: desocupada, desenraizada, sem direito a reivindicar nada. Simplesmente desconectada... Nenhum deles conhecia o começo da própria existência, a razão de existir com uma mão na frente e outra atrás, nem o resultado ou o futuro dessa existência. Todos ficariam no fundo do poço até que alguém os puxasse para fora ou eles naufragassem de vez. Isso encerrou seu capítulo de classe média. Daí em diante, ela não pertencia a classe nenhuma. Não podia alegar que era da classe trabalhadora, porque a classe trabalhadora tinha um código para a vida diária. Ela não tinha

nenhum. O dela era então um completo problema familiar. O desemprego a batizou na sociedade do residencial. Ela se resignou à misteriosa inevitabilidade e aceitou as coisas como elas eram. (Emecheta, 2019, p. 37-38).

A situação econômica de Adah nesse momento é considerada, pela própria, como de classe média, já que trabalhava como bibliotecária na Biblioteca do Museu Britânico. Apesar disso, ao se separar de Francis e buscar um novo lar para a família, a personagem se vê presa nas mesmas dificuldades enfrentadas anteriormente pelo racismo na sociedade inglesa, com o agravante de ser uma mulher divorciada e com filhos, o que também não era bem visto. No único lugar em que foi aceita — um quarto cheio de ratos e baratas alugado por um senhor nigeriano — também sofreu assédio para de mudar, tendo em vista as denúncias que realizou acerca da sujeira do local. A vaga no residencial *Pussy Cat* aparece para Adah como um sonho, finalmente teria não apenas um quarto, mas um apartamento inteiro para ela e os filhos. Ao conhecer o local, no entanto, Adah se depara com mais um lugar deteriorado, em que aqueles que não eram aceitos pela sociedade eram alocados — à nova moradia ela dá o nome de fundo do poço.

Ah, sim, o residencial era um lugar único, um espaço reservado para “famílias-problema”. Famílias-problema com problemas reais eram colocadas num espaço de problemas. Então, mesmo se alguém morasse no residencial e não tivesse problemas, o cenário criaria problemas — aos montes. (Emecheta, 2019, p. 22).

Desempregada e morando em um lugar precário e marginalizado, Adah continua a viver as opressões que são introjetadas em seu corpo. De forma a conseguir sustentar a si e a família, a personagem precisa recorrer ao auxílio governamental, a partir disso, outra imagem de controle proposta por Collins (2019) se alinha à trajetória de Adah: a de mãe dependente do Estado. De acordo com a autora, essa imagem possui um viés de classe que explica a utilização dos benefícios sociais pelas mulheres negras, benefícios estes que elas têm direitos por lei. Adah e sua família, no entanto já usufruíam de alguns como as vagas em creches para os filhos que, apesar do discurso de ser uma política para todos, os obstáculos de classe e raça transformaram o acesso ela muito mais longo e penoso, o que mostra que essas políticas públicas, apesar de se dizerem equânimes, não eram atribuídas à cidadãos de segunda classe (Mendes e Pereira, 2022).

Assim como a matriarca, a mãe dependente do Estado também é tida como uma mãe ruim, solteira, que não passa os valores do trabalho aos filhos. Nesse sentido, ela é vista como uma pessoa acomodada, que se contenta com o auxílio que recebe do Estado e que não quer trabalhar, somado ao fato de que essa imagem reforça a ideologia de gênero dominante de que

o casamento hétero é o único caminho para que as mulheres não cheguem a essa situação. A mãe dependente do Estado é vista como dispendiosa para o poder público, ainda que esteja apenas usufruindo de seus direitos (Collins, 2019, p. 151-152). Como é descrito em *No Fundo do Poço* (2019), o auxílio recebido por Adah para sustentar a família era um dinheiro escasso e já contado para as contas mais básicas: “Logo depois, ela foi chamada e recebeu treze libras — seis libras eram para o aluguel, uma para o gás, duas para o aquecimento e quatro para comida” (Emecheta, 2019, p. 40).

Nessa perspectiva, as imagens de controle são utilizadas de forma a naturalizar as violências nos corpos de mulheres negras femininas, legitimando a ordem que as mantém em posições subalternas na sociedade. Para Kilomba (2019), a mulher negra é compreendida como “o outro do outro”, já que por não ser homem, nem branco(a) e nem um homem negro, ela desafia o padrão dominante, sofrendo em seus corpos as consequências da subalternidade de suas identidades. As narrativas protagonizadas por Adah, demonstram que as relações de poder impostas pela colonialidade inferem nos sujeitos padrões de raça, classe e sexo em difentes contextos (Verastegui e Zubaran, 2023).

Essas classificações se tornam ainda mais profundas em um contexto de diáspora, forçando os sujeitos diaspóricos à exclusão do meio social através da criação de fronteiras que apartam o “Eu” e o “Outro”, seja de forma física ou simbólica. Apesar disso, as culturas “transgridem os limites políticos”, de acordo com Hall (2013, p. 39), nesse sentido, ao ser considerada pelos europeus e pelos seus próprios conterrâneos como uma *cidadã de segunda classe* e, em diversos momentos, coagida a aceitar essa posição, Adah continua a transgredir o papel social imposto a ela, de forma a dar sentido a sua vida e a de seus filhos. É por meio do sonho antigo de se tornar escritora — o qual a levou à escola pela primeira vez — que Adah, assim como a própria Buchi Emecheta, utiliza sua voz como mulher subalternizada para mudar de vida. Para Anzaldúa (2000), a escrita representa o ato político das mulheres *atravessadas*, aquelas que são marginalizadas, subjugadas e forçadas a viverem *no fundo do poço*, mas que, com sua produção, consegue incomodar os espaços hegemônicos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização, juntamente com o patriarcalismo tradicional em comunidades nigerianas foram responsáveis pela imposição da submissão das mulheres aos homens na sociedade. Apesar de antes da colonização os papéis delas nas comunidades serem de participação ativa, seja no âmbito comercial, político, econômico, religioso, etc., com o passar do tempo suas atividades foram sendo relegadas pelos homens ao ambiente doméstico. Nesse sentido, a educação feminina também foi moldada para servir aos homens e suas necessidades, de forma que o acesso à escola por parte das mulheres era visto como algo que fizesse com que o dote do casamento se tornasse mais caro, mas que, para além disso, não representava nenhum valor.

É através do ímpeto de querer estudar para mudar de vida que se inicia a trajetória de Adah, personagem principal das obras *No Fundo do Poço*, de 1972, e *Cidadã de Segunda Classe*, lançada em 1974, da autora nigeriana Buchi Emecheta. Apesar de ter uma vasta obra, com mais de 15 romances publicados, os livros em questão representam as vivências da própria autora, sendo definidas como obras ficcionais com elementos biográficos. As escolhas das obras para análise neste trabalho se dá, dessa maneira, por sua representação na realidade da autora e, conseqüentemente, de inúmeras outras mulheres imigrantes que passaram, ou ainda passam, por situações de violências como as representadas nas obras.

Ambos os livros aqui analisados evidenciam a intersecção entre as violências sofridas por mulheres negras em um contexto marcado pelo domínio colonial e, seguidamente, como essas violências se aprofundam no período pós-colonial, em uma metrópole considerada o ápice da civilização. Inserida no meio da comunidade tradicional igbo, que enxerga a mulher como inferior ao homem, a vida da personagem Adah foi moldada pela submissão aos homens da comunidade e um destino já traçado em que, por ser mulher, não deveria ter acesso à educação, mas sim aprender as tarefas domésticas pois essas eram consideradas as atividades de uma mulher.

Encontrando na aprendizagem a única maneira de escapar daquele destino, Adah persegue uma jornada que a coloca contra a família, mas mais perto de seus sonhos. Ao se mudar para o Reino Unido, no entanto, a personagem passa a ocupar um papel de ainda mais subalternidade ao ser inserida em um ambiente segregado por raça, classe e nacionalidade. Por ser mulher em uma cultura também marcada pelo patriarcado, a violência de gênero continua sendo uma realidade na vida de Adah. Em toda a narrativa, apesar de ser uma pessoa que conta com diplomas e experiências, os marcadores sociais sempre relegam a personagem

à espaços de exclusão e inferioridade na sociedade, buscando introjetar essa afirmação no próprio entendimento dela sobre si mesma, para que aceite seu destino de cidadã de segunda classe.

Ao lançar mão da literatura como forma de denúncia, Buchi Emecheta revela em suas obras as desigualdades e as violências que incidem sobre os corpos de mulheres negras imigrantes, mas se utiliza desse espaço também como meio de resistir a isso. A escrita, nesse sentido, é um instrumento que permite que as vozes e as experiências pessoais e coletivas dos povos subalternizados pelo colonialismo sejam difundidos, propiciando que eles próprios contem suas histórias. Nesse sentido as obras de Emecheta são fundamentais dentro dos estudos pós-coloniais e feminismo pós-colonial, pois trazem consigo a dimensão ampla das dinâmicas de dominação dentro da colônia e na metrópole, desafiando o papel do Reino Unido como o ápice da civilização.

Desta forma, os elementos trazidos por essa pesquisa evidenciam que a literatura emecheteana se coloca como elementos críticos e testemunho das barbaridades do colonialismo e seus impactos na vida de mulheres negras. O trabalho valoriza a obra de Buchi Emecheta como fonte para a compreensão das vivências e saberes dos sujeitos historicamente subalternizados. Essa pesquisa possibilita a abertura para diálogos mais aprofundados acerca da literatura e o seu papel fundamental como fonte dentro das Relações Internacionais, além de representarem documentos importantes utilizados por mulheres subalternizadas para externar seus pensamentos e as violências sofridas, o que comumente é deixado de lado dentro da academia ao privilegiar formas de saber tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADEPOJU, Aderanti. Internal and international migration within Africa. In: GELDERBLUM, Derik; KOK, Pieter; OUCHO, John O.; ZYL, Johan van (org.) **Migration in South and Southern Africa**. 1ª ed. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2006, p. 26-46.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução de Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229- 236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 20 jul. 2025

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books. 2022.

BACELAR, B. V. A Mulher Subalterna em “Pode o Subalterno Falar?” De Gayatri Spivak. **Neari Em Revista**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.faculadadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/387>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 1035-1054, dez. 2017. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>. Acesso em 05 ago. 2025.

BOM, Sofia Ramos De. **A formação do grupo fundamentalista Boko Haram: Uma análise histórica do seu surgimento na Nigéria**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, São Paulo, p. 72. 2024.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. 2014. Disponível em: <http://dspace.stellamariscollege.edu.in:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4292/migration.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 ago. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Guilherme. O Feminismo Decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e Interseccionalidade . **Revista TOMO**, [S. l.], v. 42, p. e17757, 2023. DOI: 10.21669/tomo.v42i.17757. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/17757>. Acesso em: 8 ago. 2025.

CHAGAS, Sylvania Núbia. Instinto de sobrevivência: o feminismo negro em Cidadã de segunda classe, de Buchi Emecheta. **Scripta Uniandrade**, v. 19, n. 2 (2021), p. 15-36. Curitiba, Paraná, Brasil .

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6–17, 29 jun. 2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 25 jul. 2025

COLLINS, P. H. **Bem Mais que Ideias: Interseccionalidade como Teoria Social Crítica**. 1. ed. Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonidade e Pensamento Afrodiaspórico**. [s.l.]: Autêntica, 2018, p. 154-187.

COSTA, Mariana de Medeiros. **Ijtihad, Umma e Feminismos Islâmicos: Uma Cartografia Conceitual Islâmica para as Relações Internacionais**. Orientador: Victor Coutinho Lage. 2024. 102f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41010>. Acesso em 28. jul 2025.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia, *et. al* (ed.). **Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. [s.n], 2015, p. 45-60.

DORNELAS, Paula Dias; RIBEIRO, Roberta Gabriela Nunes Ribeiro. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.247-264, 2018. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=631&sid=56>. Acesso em: 30 jul. 2025.

EJEH, Paulinus C. Colomentalism. **Amamihe**, Nigéria, v. 19, n. 1, p. 13-25, 2021.

EMECHETA, Buchi. Feminism with a small ‘f’!. In. PETERSEN, Kirsten, Holst (ed.). **Criticism and Ideology: Second African Writers’ Conference**. Estocolmo, 1986.

EMECHETA, Buchi. **Cidadã de Segunda Classe**. 1ª ed. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EMECHETA, Buchi. **No Fundo do Poço**. 1ª ed. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

EMECHETA, Buchi. **Cabeça fora d’água**. 1ª edição. Porto Alegre: Dublinense, 2024.

FALOLA, Toyin. **Understanding Colonial Nigeria**. 1ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2025.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. 1ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FONSECA, Evelyn Ralyne Freire. A presença onírica da escrita em cidadã de segunda classe de Buchi Emecheta. 2025. 84 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

FORMIGA, Giceli C. B.; FELDENS, Dinamara Garcia; ARDITTI, Roberta Gusmão. Feminismos interseccionais: problematizando o sujeito do feminismo. **Revista Brasileira de**

Educação. [s.l.]. v. 28, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QbwQ6gfN4HNnqMJcDd665Hr/?lang=pt>. Acesso em 24 jul. 2025.

GOKE-PARIOLA, Abiodun. Language and symbolic power: Bourdieu and the legacy of Euro-America in an African society. **Language & Communication**, v. 13, n. 3, p. 219-34, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**. 12ª edição. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. 14ª edição. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2020.

KYRILLOS, Gabriela M. Relações Internacionais e interseccionalidade: primeiras aproximações a partir de mobilizações transnacionais. **Conjuntura Austral**. v. 13, n. 63, jul-set. 2022. p. 110-124. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/123739>. Acesso em 23 jul. 25.

LE MOS, M. I. “Cidadã de segunda classe”: sujeitos femininos e a fragmentação identitária no mundo pós-colonial. **Téssera**, p. 136–153, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/tessera/article/view/60699>. Acesso em 22 jun. 2025.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: Ensaios e conferências**. 1ª edição. Belo Horizonte. Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.53-82.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. 1ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonidade e Pensamento Afrodiaspórico**. [s.l.]: Autentica, 2018, p. 31-61.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Trad: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior; PEREIRA, Ana Clara Velloso Borges. Cenários políticos-afetivos da mulher negra em contextos pós-coloniais: uma análise interseccional sobre obras de Buchi Emecheta. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 10–23, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.8354093. Disponível em:

<https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1132>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MINVIELLE, Nicole Xavier da Cunha. Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais? Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no Sul Global. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 249–277, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/11544>. Acesso em: 24 jul. 2025.

NASCIMENTO, Danielle Passos do. **Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade: Um novo caminho teórico em Relações Internacionais sob uma ótica ampla do internacional**. Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Marília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/8f2cdf84-faec-4502-968d-dd2392516621/download>. Acesso em 28 jul. 2025.

NEVES, Cleiton Ricardo das; ALMEIDA, Amélia Cardoso de. A identidade do “Outro” colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n.20, p.123-135. Disponível em: 18 <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/19862/18309/34203>. Acesso em 24 jun. 2025.

NOGUEIRA, João Pontes. Prefácio. In: TOLEDO, Aureo (org). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**, Salvador, BA: EDUFBA, 2021, p. 7 - 16.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, [S.I.], v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001. ISSN 0102-7182. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 05 ago. 2025.

OGBEMUDIA, Joy Ozofu Aiyetutu. **Na Me Be Dis? Professional Nigerian Women’s Narratives of Immigration and Adaptation to Life in the UK**. Orientador: Stevi Jackson. 2019. Tese (Estudos Femininos) – Universidade de York, York, 2019. Disponível em: <https://etheses.whiterose.ac.uk/id/eprint/25097/1/Na%20Me%20Be%20Dis%202019%20%28PDF%20FINAL%20COPY%29.pdf>. Acesso em 31 jul. 2025.

OGUNDELE, Joseph Oladipo. A Conversation with Dr. Buchi Emecheta. In: UMEH, Marie (org). **Emerging Perspectives on Buchi Emecheta**. [s.l.]: Africa World Press, 1996, p. 445-456.

OKEKE-IHEJIRIKA, Philomina; SALAMI, Bukola; KARIMI, Ahmad. African immigrant women’s experience in western host societies: a scoping review. **Journal of Gender Studies**, v. 27, n. 4, p. 428-444, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1229175>. Acesso em 02 ago. 2025.

OLUWANIYI, Oluwatoyin Oluwaremilekun. O Papel das Corporações Multinacionais de Petróleo na Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 151-172, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/87315/52376>. Acesso em 02 jul. 2025.

ONYEKPE, J. G. N. Western Influence on Nigeria in the Era of New Imperialism. *In*: OSUNTOKUN, Akinjide; OLUKOJU, Ayodeji (eds.). **Nigerian Peoples and Culture**, p. 220-245. Ibadan: Davidson Press, 1997.

OSAGHAE, Eghosa E. **Crippled Giant. Nigeria since Independence**. 1ª edição. Indiana: Indiana University Press, 1998.

OYARINU, Abimbola. A Amalgamação de 1914 e a Guerra Civil Nigeriana: O Fardo da Culpa. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 104-122, jan.-jun. 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/140618/93222>. Acesso em 15 jul. 2025.

OYÊWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2021.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2022.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34, 2021, p. 1-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSPRHZdDzVpBYMq/?format=html>. Acesso em 26 jul. 2025.

ROQUE, Silvia; SANTOS, Rita. Gênero, Feminismos e Estudos para a Paz. *In*: FERREIRA Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola (org). **Estudos para a Paz: Conceitos e Debates**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. p. 419-579.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Áurea Regina do Nascimento. **Literatura africana escrita por mulheres no pós-independência: Intersecções transculturais nas narrativas de Paulina Chiziane e Chimamanda Ngozi Adichie**. Orientador: Profª Dra. Ana Mafalda de Moraes Leite. 2023. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/57253>. Acesso em 09 ago. 2025.

SILVA, Karina de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.

SPADAVECCHIA, C. Migration of women from Sub-saharan Africa to Europe: The role of highly skilled women. **Sociología y tecnociencia**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 96–116, 2013. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/sociotecnol/article/view/637>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SULEIMAN, Yakubu. Domínio Colonial na Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 12, p. 55-70, jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/109656/66322>. Acesso em 24 jun. 2025.

TICKNER, J. A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611–632, dez. 1997.

TOLEDO, Aureo. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais: A parte que nos cabe nesse percurso. In: TOLEDO, Aureo (org). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**, Salvador, BA: EDUFBA, 2021, p. 19 - 34.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKOUTU, Oluwatooni; IBONYE, Vincent. The nigerian diaspora and national development: Contributions, challenges and lessons from other countries. **Kritika Kultura**, v. 1, n. 23, p. 292-342, 2014. Disponível em: <https://archium.ateneo.edu/kk/vol1/iss23/18/>. Acesso em 28 jul. 2025.